

JULIANA MORAES ARAÚJO

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO A
PARTIR DA AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Orientadora: Luciana Bosco e Silva

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

A663d
2020 Araújo, Juliana Moraes, 1991-
Desenvolvimento sustentável e apropriação do espaço a
partir da agricultura urbana em Belo Horizonte, MG / Juliana
Moraes Araújo. – Viçosa, MG, 2020.
98 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Luciana Bosco e Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Agricultura urbana - Belo Horizonte (MG).
2. Sustentabilidade . 3. Planejamento urbano. 4. Abastecimento
de alimentos. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 711.554

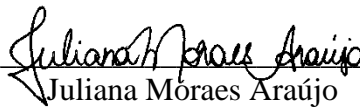
JULIANA MORAES ARAÚJO

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO A
PARTIR DA AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE, MG**

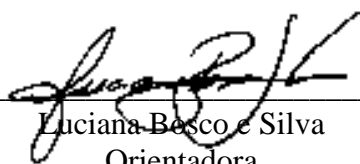
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 06 de fevereiro de 2020.

Assentimento:



Juliana Moraes Araújo
Autora



Luciana Bosco e Silva
Orientadora

Ao meu pai que, mesmo sem percebermos,
me ensinou a ter amor e cuidado pela terra
e pelo do que dela brota;

À minha mãe, árvore forte que me ensinou
a florescer.

AGRADECIMENTOS

A minha primeira (e, talvez, única) memória em contato produtivo com a terra sou eu pequenininha, com a ajuda do meu pai, plantando sementinhas de girassol que tinha ganho na escola, muito provavelmente. Lembro também, de algum tempo depois, ficar fascinada com a quantidade de sementinhas novas que tinham surgido no miolo da flor, já morrendo. Como a natureza é abundante!

Quem diria que, depois de tanto tempo só observando o amor do meu pai pelas plantas e pelas suas hortas, eu também encontraria a minha paixão estudando a relação desse movimento com a cidade.

Agradeço então, em primeiro lugar, a vocês, pai e mãe, por me ensinarem a importância da bondade e de me sentir responsável para agir na construção do mundo que eu acredito. Me encho de orgulho em ver vocês transformando o quintal da casa nova em uma fonte riquíssima de alimentos cultivados com carinho e sem veneno, reaproveitando água – e quase afogando a jabuticabeira por isso! Obrigada por vibrarem comigo a cada conquista, pelas orações que sempre me fortalecem, e por nunca duvidarem de que eu seria capaz. Amo muito vocês!

Agradeço também à minha orientadora, professora Luciana. Sou muito feliz por termos nos reencontrado e por você ter topado trabalhar com uma temática que apenas tangenciava àquelas com as quais já estava acostumada a trabalhar. Por crescer em empolgação, junto comigo, para continuarmos estudando, falando, criando redes e disseminando o conhecimento sobre alimentação e agricultura urbana. E por plantar em mim a sementinha da vontade de, um dia, trabalhar numa das agências da ONU!

Agradeço imensamente à Universidade Federal de Viçosa que, desde o Coluni, me acolhe e me dá oportunidades para crescer tanto pessoal quanto profissionalmente. Hoje tenho a honra de poder lecionar em suas salas – profissão que me escolheu, e motivo pelo qual decidi fazer o mestrado -, e sou muito feliz por isso.

Obrigada ao Programa de Pós-Graduação e ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, a cada um de seus professores e funcionários. Aos meus coleguinhas da turma de 2018 e seus agregados; ao ARQMnese, PUPA e Lab.pei, que me ajudaram a crescer e sobreviver no meio acadêmico.

Obrigada a cada um da PBH, dos CEVAEs, dos coletivos que disponibilizaram de tempo e atenção para que esse trabalho pudesse acontecer. Essa pesquisa só existe porque vocês fazem o que fazem. Sigamos junt@s!

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

Quando pensamos em ameaças ao meio ambiente, costumamos imaginar carros e chaminés, e não o nosso jantar. Mas a verdade é que a nossa necessidade de alimentos representa um dos maiores perigos para o planeta.

Jonathan Foley
Cientista ambiental

The world is already shaped by food, so we may as well start using food to shape the world more positively.

Carolyn Steel
Food Urbanist

RESUMO

ARAÚJO, Juliana Moraes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2020. **Desenvolvimento sustentável e apropriação do espaço a partir da agricultura urbana em Belo Horizonte, MG.** Orientadora: Luciana Bosco e Silva.

A preocupação com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável permeia vários campos da sociedade contemporânea, tendo as cidades papel fundamental para tal. Local de concentração de riquezas, é também onde se encontra, hoje, a maior parte da população mundial e os grandes impactos ambientais e de desigualdade socioeconômica. Dentro desse contexto, a alimentação surge como uma preocupação e como fator de grande impacto para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e sociedades mais justas e com menos desigualdades. Partindo dessa realidade, a presente pesquisa tem o objetivo de discutir a temática da agricultura urbana, realizada de forma coletiva, como um instrumento para a apropriação da cidade contemporânea e como possibilidade para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, com a realização de três estudos de caso na cidade de Belo Horizonte, MG. Os resultados desta pesquisa são aqui apresentados em dois artigos independentes, porém relacionados. Percebeu-se que a agricultura urbana pode ser uma forma de se criar laços com o espaço, além de possibilitar mais qualidade de vida àqueles que se envolvem com a atividade, mas o seu sucesso depende do envolvimento ativo da comunidade e da existência de condições favoráveis para a realização e ampliação das experiências, como apoio do poder público e legislação específica. Acredita-se que os debates aqui levantados possam contribuir para a aproximação da temática da agricultura urbana e da alimentação às áreas do Urbanismo e do Planejamento Urbano, demonstrando a sua relevância para se pensar cidades com foco nas pessoas e em suas necessidades.

Palavras-chave: Sistema alimentar. Sustentabilidade. Planejamento urbano. Urbanismo colaborativo.

ABSTRACT

ARAÚJO, Juliana Moraes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2020. **Sustainable development and space appropriation from urban agriculture in Belo Horizonte, MG.** Adviser: Luciana Bosco e Silva.

The concern about sustainability and sustainable development permeates various fields of contemporary society, with cities playing a fundamental role in this. Place of wealth concentration, it is also where most of the world's population is today and where there are major environmental impacts and socioeconomic inequality. Within this context, food emerges as a concern and as a factor of great impact for the development of sustainable cities and fairer societies with less inequality. From this reality, this research aims to discuss the theme of urban agriculture, practised collectively, as an instrument for the appropriation of the contemporary city and as a possibility for the development of more sustainable cities. For this, bibliographical and field researches were done, with the accomplishment of three case studies in the city of Belo Horizonte, MG. The results of this research are presented here in two independent but related articles. It was noticed that urban agriculture can be a way to create bonds with the space, and enable better quality of life to those who engage in the activity, but its success depends on the active involvement of the community and the existence of favorable conditions for the realization and expansion of the experiments, as support of the public authorities and specific legislation. We believe that the debates raised here can contribute to the approach of the theme of urban agriculture and food to the areas of Urbanism and Urban Planning, demonstrating its relevance to think about cities with a focus on people and their needs.

Keywords: Food system. Sustainability. Urban planning. Collaborative urbanism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. FONTE: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, s/d.....	27
Figura 2: Organograma da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte. Desenvolvido pela autora, 2019.....	33
Figura 3: Ações do Coletivo Agroecologia na Periferia. FONTE: AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2016.....	47
Figura 4: Municípios participantes do SPG RMBH. FONTE: AGÊNCIA RMBH, 2019.....	49
Figura 5: Trechos de intervenção do Corredor Agroecológico. FONTE: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018c.	50
Figura 6: Vista da Horta Comunitária Vila Pinho, em direção à Estação Diamante, Belo Horizonte. FONTE: Google Earth, 2002/2019.....	72
Figura 7: Vista aérea da Avenida Antônio Carlos, seu viaduto e o terreno do Quintal do Sô Antônio (destaque em vermelho). FONTE: Google Earth, 2002/2019.	75
Figura 8 Cida Barcelos e os “girassóis da Lagoinha”. FONTE: Facebook dos Hortelões da Lagoinha. 27 jan. 2018.	77
Figura 9 : Esquema de ocupação do espaço do Quintal do Sô Antônio. FONTE: Facebook dos Hortelões da Lagoinha. 02 mai. 2019.	77
Figura 10: Vista do Escadão Agroecológico do Esplanada. FONTE: Acervo pessoal, 2019.....	80
Figura 11: Cartaz e registro do primeiro Encontro de troca de sementes, mudas e saberes do Esplanada, realizado em 2018, primeira ação do que viria a ser o coletivo do Escadão Agroecológico. FONTE: Facebook Escadão Agroecológico do Esplanada.	80
Figura 12: Contenção das curvas de nível para plantio e cobertura do solo com pseudocaulé de bananeira. FONTE: Instagram Escadão Agroecológico do Esplanada.	81
Figura 13: Metabolismo linear urbano. FONTE: ROGERS, 2001, p. 31.....	91
Figura 14: Metabolismo circular urbano. FONTE: ROGERS, 2001, p.31.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Guia para entrevistas semiestruturadas	69
Tabela 2: Comparativo entre as experiências dos estudos de caso.	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAU – Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

AU – Agricultura Urbana

AUÊ! - Grupo de Estudo em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

BCFN – Barilla Center for Food and Nutrition

CAFA – Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana

CEMAR – Centro de Referência Municipal em Agroecologia e Resíduos

CEVAE – Centro de Vivência Agroecológica

CMPU – Conferência Municipal de Política Urbana

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRESANS – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

CTSANS - Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

DFAB – Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimento

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

GEASC - Gerência de Apoio ao Sistema de Abastecimento e Comercialização

GEFAU – Gerência de Fomento à Agricultura Urbana e Familiar

HLPE – High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition

IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística

MATU – Movimento Agroecológico de Transformação Urbana

MLB – Movimento de Bairros, Vilas e Favelas

MUFPP – Milan Urban Food Policy Pact

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

OPAS - Organização Pan Americana da Saúde

PANC – Plantas alimentícias não convencionais

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PLANERA – Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução de Agrotóxicos

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

RUA – Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana

RUAF – Resource Centre for Urban Agriculture and Forestry

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SANS - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

SMASAC – Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SPG RMBH – Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte

SUSAN – Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

WCED - World Commission on Environment and Development

WWI - Worldwatch Institute

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
REFERÊNCIAS	21
2 [ARTIGO I] DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE, MG	24
RESUMO	24
ABSTRACT	24
2.1 INTRODUÇÃO	24
2.2 ALIMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
2.3 BELO HORIZONTE: CIDADE REFERÊNCIA.....	31
2.4 O QUE ESTÁ ACONTECENDO EM BH	36
2.4.1 CEVAEs	40
2.4.2 PARA ALÉM DA PBH	45
2.5 O QUE ESTÁ POR VIR	48
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53
3 [ARTIGO II] AGRICULTURA URBANA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM BELO HORIZONTE, MG: ESTUDOS DE CASO	60
RESUMO	60
ABSTRACT	60
3.1 INTRODUÇÃO	60
3.2 AGRICULTURA URBANA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	62
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
3.4 OS ESTUDOS DE CASO.....	72
3.4.1 HORTA COMUNITÁRIA VILA PINHO.....	72
3.4.2 QUINTAL DO SÔ ANTÔNIO	75
3.4.3 ESCADÃO AGROECOLÓGICO DO ESPLANADA.....	79

3.5 DISCUSSÃO	83
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	88
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	97
APÊNDICE 1: Mapa de localização das hortas comunitárias de Belo Horizonte, de acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura da cidade.....	97
APÊNDICE 2: Mapa de localização dos CEVAEs e dos objetos dos estudos de caso.	98

1 INTRODUÇÃO

Todo o tempo estamos nos relacionando e nos adaptando ao ambiente em que vivemos, trabalhamos e nos convivemos com outras pessoas. Os seres humanos têm uma necessidade permanente de interação afetiva com o meio ambiente. Favorece o crescimento pessoal, promove a harmonia nos relacionamentos sociais e aumenta a qualidade de vida (OKAMOTO, 2014). Segundo Relph (1976, p.1), “[...] ser humano é ter e conhecer o seu lugar”. Para Heidegger (1971, p.147), “ser humano significa estar na Terra como um mortal. Significa habitar”.

A relação com o meio pode ser tão importante que, “para muitos, esse profundo apego ao lugar é tão necessário e significativo quanto um relacionamento próximo com outras pessoas” (RELPH, 1976, prefácio, tradução da autora). No entanto, o lugar não é apenas a localização das coisas e das pessoas. É isso, combinado a “tudo o que ocupa aquele local visto como um fenômeno integrado e significativo” (RELPH, 1976, p.3, tradução da autora). É espaço dotado de significado, história, afeto, importância (RELPH, 1976; TUAN, 2013).

Segundo Tuan (2013), espaço e lugar estão intimamente relacionados. Para o autor, se pensarmos no espaço como algo que permite o movimento, o lugar seria uma pausa. Entretanto, no mundo contemporâneo, onde há constantes deslocamentos e fluxo de informações, é cada vez mais rara a possibilidade da pausa, permitindo a conexão com o espaço. O modo como se vivencia o espaço não permite que se tenha essa interação afetiva, o que se transformaria em apropriação dos mesmos; tornando-os lugares significativos para as pessoas.

A falta de apropriação pode gerar espaços desvitalizados ou degradados na cidade. Como consequência, tem-se o aumento da sensação de insegurança nesses espaços, o que afasta ainda mais as pessoas, mantendo um ciclo prejudicial à vitalidade e qualidade urbanas (JACOBS, 1961/2011; GEHL, 2013).

A fase contemporânea do capitalismo, como aponta Castells (1999), é marcada por uma economia informacional e global, resultado da revolução técnico-científico-informacional do final do século XX. Essa reestruturação, ainda em curso, tem como características a flexibilização do gerenciamento das empresas e sua descentralização, que, agora, se organizam em redes tanto interna como externamente. As cidades contemporâneas também sofrem grandes transformações, tanto em seus aspectos físico-territoriais quanto nos modos de vida que abrigam (MACEDO et al., s/d).

Hoje, mais de 50% da população mundial vive em cidades, e a perspectiva é que esse número chegue a 68% até 2050 (FAO, 2018), com os centros urbanos crescendo cerca de 80% (BCFN; MUFPP, 2018). A concentração cada vez maior da população em zonas urbanas aumenta o impacto ambiental causado pelas cidades, intensificando também os problemas socioespaciais como o crescimento do número de favelas e cortiços, a periferação e a segregação, o aumento da suburbanização e espraiamento territorial. O intenso processo de urbanização está intimamente ligado ao crescimento da pobreza urbana e, por consequência, à dificuldade de acesso à alimentação em boa quantidade e qualidade, à segurança alimentar (FAO, 2009; SAATH; FACHINELLO, 2018).

É consenso, entre a maioria dos pesquisadores, que o surgimento das primeiras cidades está diretamente ligado ao desenvolvimento da agricultura. O domínio das técnicas de plantio e produção de alimentos permitiu a sedentarização da humanidade, que foi se agrupando e criando vilas, culminando no desenvolvimento das primeiras cidades.

Até a Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, a formação das cidades estava diretamente ligada à alimentação. Os nomes das ruas indicavam quais alimentos eram produzidos e vendidos ali, animais caminhavam até os açougues, peixes eram encontrados perto dos portos. Todos conheciam a procedência dos seus alimentos, onde e por quem eles eram produzidos (STEEL, 2013).

Desde o início da industrialização, porém, com o desenvolvimento dos sistemas de transporte, a produção de alimentos foi se afastando dos centros urbanos e, com isso, de seus consumidores. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, isso pode significar menor acesso a alimentos in natura pela camada de menor renda – e mais numerosa – da sociedade. Já em grandes centros urbanos de países desenvolvidos, como aponta Steel (2013, p.18, tradução da autora),

Quando chega até nós, nossa comida frequentemente viajou milhares de quilômetros através de aeroportos e docas, armazéns e cozinhas de fábricas, e foi tocada por dezenas de mãos invisíveis. No entanto, a maioria de nós vive ignorando o esforço necessário para nos alimentar.

A preocupação com a alimentação e os sistemas alimentares - que são “a soma de todos os diversos elementos e atividades que, juntos, levam à produção e consumo de alimentos e suas inter-relações” (HLPE, 2014, p.29, tradução da autora) -, é

fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e cidades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes.

Dentro desse contexto, como forma de enfrentar a dificuldade ao acesso a alimentos frescos e, muitas vezes, como herança de saberes aprendidos em épocas vividas na zona rural, muitas famílias têm o hábito de cultivar hortas ou manter pequenas criações em jardins, lajes e quintais privados, ou ainda em vazios e áreas remanescentes da cidade (MCCLINTOCK, 2010; MORGAN, 2015; COUTINHO; COSTA, 2011). Esses movimentos, a princípio individuais e bastante espontâneos em cidades do Brasil e da América do Sul, têm ganhado importância enquanto ações coletivas de resistência e promoção social nas cidades, com as iniciativas de Agricultura Urbana.

Prática milenar, uma vez que a produção de alimentos em meio urbano acontece desde os primórdios das cidades,

foi na segunda metade da década de 1990 que a chamada agricultura urbana e periurbana (AUP) adquiriu destaque no cenário nacional, afirmando-se como instrumento de integração nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente (COSTA et al., 2015, p. 3100)

Bastante dinâmica e plural, com seu conceito ainda em construção (ALMEIDA; COSTA, 2014), a AUP pode ser entendida como prática multidimensional, incluindo a produção, transformação e prestação de serviços que geram produtos agrícolas e pecuários, produzidos em áreas urbanas e periurbanas de forma segura, eficiente e sustentável, com a finalidade do autoconsumo, troca ou comercialização (SANTANDREU; LOVO, 2007; COSTA et al., 2015).

A característica mais marcante da agricultura urbana, que a distingue da agricultura rural, é que ela é integrada ao sistema econômico e ecológico urbano: a agricultura urbana está inserida em - e interage com - o ecossistema urbano. Tais vínculos incluem o uso de residentes urbanos como trabalhadores, uso de recursos urbanos típicos (como resíduos orgânicos como composto e efluentes urbanos para irrigação), ligações diretas com consumidores urbanos, impactos diretos na ecologia urbana (positiva e negativa), sendo parte do sistema urbano de alimentação, competindo por terra com outras funções urbanas, sendo influenciada por políticas e planos urbanos, etc. A agricultura urbana não é uma relíquia do passado que irá desaparecer (a agricultura urbana aumenta quando a cidade cresce) nem trazida para a cidade por imigrantes rurais que perderam seus hábitos rurais ao longo do tempo. É parte integrante do sistema urbano (RUA FOUNDATION, 2019, tradução da autora).

De denominação provocativa, a agricultura urbana busca quebrar a dicotomia entre o que se entende como uma produção econômica exclusiva do meio rural – a agricultura – e a ideia de urbano como modo de vida pós revolução industrial (COUTINHO; COSTA, 2011; ALMEIDA, 2015). Como aponta Cláudia Visoni,

A gente aprende errado na escola, porque a agricultura é irmã gêmea da urbanidade, as duas nasceram no mesmo dia. O dia em que o homem resolveu criar a primeira aldeia foi também o dia em que ele fez a primeira semeadura. Não existe uma coisa sem a outra, antes disso éramos caçadores-coletores, há dez mil anos. Não existe cidade sem agricultura, nem agricultura sem cidade, essa dicotomia é falsa, é inclusive ideológica e conveniente para o sistema agroindustrial (VELLEDA, 2017).

A AUP não trata apenas da relação sociedade-natureza e a questão ambiental na cidade, mas relaciona-se a questões como soberania e segurança alimentar, acesso à terra urbana, planejamento urbano, segregação socioespacial, saúde coletiva, justiça ambiental, agroecologia, entre outros (ALMEIDA; COSTA, 2014; COUTINHO; COSTA, 2011; ALMEIDA, 2015), tendo como principais contribuições “o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, a melhoria da nutrição e da saúde nas comunidades, além de um ambiente mais saudável” (COSTA et al., 2015, p. 3100).

De acordo com estudo da Worldwatch Institute (WWI), publicado em 2011¹, 15% a 20% de todo o alimento no mundo é produzido em hortas urbanas, envolvendo cerca de 800 milhões de agricultores urbanos (VELLEDA, 2017). Apesar disso, esse é um tema ainda pouco discutido nos cenários acadêmicos e políticos (ALMEIDA, 2016). No Brasil, de acordo com Mello (2019, p.3), esse debate tem se intensificado desde de 2013,

através de seminários e encontros promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), para citar alguns. Os diálogos englobam políticas públicas no âmbito federal e propostas para políticas que deem apoio às práticas de AU, destacando-se sua relação com a saúde.

Dentro desse contexto, buscando contribuir para os estudos sobre a agricultura urbana no Brasil, o objeto de estudo desta pesquisa é a relação entre a produção coletiva de alimentos em áreas urbanas e os espaços onde as hortas acontecem. Sendo

¹ WOLRDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo: inovações que nutrem o planeta**. UMA Editora, 2011. Disponível em: https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/2017/04/EstadodoMundo2011_portugues.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

o objetivo investigar como a agricultura urbana, realizada de forma coletiva, contribui para o processo de apropriação do espaço urbano e com as dinâmicas das comunidades onde essas iniciativas se desenvolvem, dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. O local escolhido para a realização desta pesquisa foi Belo Horizonte, Minas Gerais, por ser a cidade brasileira apontada como referência no relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014) sobre agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe.

Para alcançar os objetivos propostos, a princípio foi feito levantamento e revisão da bibliografia sobre os temas sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, espaço e lugar, apropriação do espaço, agricultura urbana, a relação entre produção, distribuição e acesso à comida e as cidades, agroecologia e outros assuntos correlatos. Os principais autores utilizados para o embasamento teórico foram Yi-Fu Tuan e Edward Relph, com seus livros *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (1977/2013) e *Place and Placelessness* (1976), respectivamente, que abordam a temática do espaço e lugar, sob a perspectiva da Geografia Humanista e da Fenomenologia; Richard Rogers, com *Cidades para um pequeno planeta* (1997/2001), abordando os impactos que as cidades contemporâneas têm e o seu papel fundamental na construção de um futuro sustentável para o planeta; Jane Jacobs (*Morte e vida de grandes cidades*, 1961/2011) e Jan Gehl (*Cidade para pessoas*, 2013), que discutem a importância do protagonismo das pessoas para o desenvolvimento de cidades com vitalidade; e Carolyn Steel, arquiteta e urbanista inglesa, que em seu livro *Hungry cities: how food shapes our lives* (2013) discute os impactos da alimentação para as cidades; além de diversos artigos científicos de autores contemporâneos.

Teve-se como ponto de partida, para a revisão da literatura, os relatórios e compêndios da FAO que tratam sobre a agricultura urbana na América Latina e o Caribe, e documentos de outras instituições como a RUA Foundation, ONU-Habitat, Barilla Center for Food & Nutrition Foundation e Milan Food Policy Office entre outros. Também foi realizado um levantamento das legislações brasileiras, federais e do estado de Minas Gerais, referentes à segurança alimentar e agricultura urbana, a fim de se compreender o contexto atual do tema.

Paralelo à revisão de documentos e da literatura, foram feitos contatos com órgãos públicos e do terceiro setor em Belo Horizonte, responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de agricultura urbana na cidade, com especial destaque para a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo

Horizonte (SUSAN), responsável pelo fomento e promoção de vários projetos de agricultura urbana e agroecologia. Também foram contactados e realizadas entrevistas com a Subsecretaria de Planejamento Urbano, a Fundação de Parques e Zoobotânica e grupos e coletivos como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), Agroecologia na Periferia, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE).

Por fim, foram feitas visitas a algumas das iniciativas coletivas de agricultura urbana na cidade e foram escolhidos, para o desenvolvimento de estudos de caso, a Horta Comunitária Vila Pinho, o Escadão Agroecológico do Esplanada e o Quintal do Sô Antônio.

Os resultados desta pesquisa, realizada entre 2018 e 2019, com trabalho de campo entre abril e julho de 2019, são aqui apresentados em dois artigos independentes, porém conectados entre si. O Artigo I discute a relação entre alimentação e desenvolvimento sustentável, focando a realidade da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Tendo como ponto de partida a Agenda 2030, proposta pela ONU, as políticas nacionais, estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional e o papel de organizações internacionais, como a FAO, no incentivo à agricultura urbana, ele traça um panorama das ações que estão acontecendo em Belo Horizonte, apresentando os órgãos e entidades promotores e envolvidos na disseminação das práticas de agricultura urbana agroecológica na cidade.

A agroecologia foi identificada como um dos principais eixos temáticos dentro da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte, que, através de suas ações, vem buscando institucionalizá-la, na tentativa de reestruturar a máquina pública, estando diretamente ligada a todas as ações de agricultura urbana na cidade.

O Artigo II apresenta os estudos de caso realizados em três espaços públicos apropriados pela comunidade a partir da agricultura urbana. Os três locais possuem tempo de existência, objetivos e atividades diferentes, e o debate proposto visa identificar a forma como cada um deles permite que as pessoas envolvidas se relacionem com o espaço, se identificando com o mesmo, criando os vínculos necessários para a sua apropriação. São debatidas as diferentes formas que uma horta ou um quintal, ocupando remanescentes urbanos ou terrenos previamente desocupados, podem interferir no cotidiano das pessoas que se envolvem com o trabalho comunitário, na relação que elas têm com o espaço, identificando as múltiplas

possibilidades que a produção de alimentos na cidade, de forma coletiva, pode proporcionar.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, em que, baseado nos dados obtidos, se discute a relevância da produção coletiva de alimentos como instrumento para a apropriação do espaço na cidade, identificando as diferenças e especificidades de propostas que partem do poder público em relação àquelas que partem da comunidade. Foi percebido que, independentemente da situação, as experiências de agricultura urbana coletivas só são bem-sucedidas se houver o envolvimento e a participação ativa da comunidade. Além disso, é discutida a importância de se trazer o debate da produção de alimentos na cidade para as pautas políticas, sendo ponto importante no planejamento urbano, por se entender que as grandes transformações, a partir da agricultura urbana, dentro de todos os temas aos quais ela se liga, só são possíveis com o apoio e incentivo de quem organiza e dita as regras na cidade.

Entende-se que esta pesquisa trata de um recorte dentro do universo de possibilidades que as temáticas da agricultura urbana, da apropriação do espaço e do desenvolvimento sustentável propõem. Ainda assim, acredita-se que ela contribui para o debate, dando visibilidade ao grande número de experiências que acontecem na cidade de Belo Horizonte, trazendo-o para a academia, dentro da área da Arquitetura e Urbanismo, onde a questão da alimentação é ainda pouco debatida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.A.O. Agricultura Urbana: isto e aquilo. In: COSTA, Geraldo Magela (Org). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 419-447.

_____. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. (Tese) Belo Horizonte, UFMG, 2016.

ALMEIDA, D.A.O.; COSTA, H.S.M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 3, 2014, Belém. **Anais...** Belém: APPUR, 2014. p.1-18.

BCFN; MUFPP. Barilla Center for Food and Nutrition. Milan Urban Food Policy Pact. **Food & Cities: the role of cities for achieving the Sustainable Development Goals**. 2018.

COSTA, C. G. A. et al. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 10, p. 3099-3110, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n10/1413-8123-csc-20-10-3099.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

COUTINHO, M.N.; COSTA, H.S.M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, jul.- dez. 2011. p. 81-97.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Alimento para as cidades**. Roma, 2009.

_____. **Growing greener cities in Latin America and the Caribbean: an FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region**. Roma, 2014.

_____. **How will we prepare our towns and cities for a sustainable future?** 14 set. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/partnerships/south-south-cooperation/videos/video/en/c/1152867/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. Tradução Anita Di Marco, 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HEIDEGGER, M. Building dwelling thinking. In: _____. **Poetry, language, thought**. New York: Harper Colophon Books, 1971.

HLPE. High Level Panel of Experts. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems: a report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Roma, 2014.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. (1961). Tradução Carlos S. Mendes Rosa, 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MACEDO, S.S.; CUSTÓDIO, V.; QUEIROGA, E.; ROBBA, F.; GALENDER, F.; DEGREAS, H.; SILVA, J. M. P. da. **Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública - considerações preliminares**. s/d. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/52.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

MCCLINTOCK, N. Why farm the city? Theorizing urban agriculture through the lens of metabolic rift. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, n. 2, pp. 191-207, 2010.

MELLO, C. S. Leituras e discursos sobre agricultura urbana: um debate em construção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=806>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MORGAN, K. Nourishing the city: the rise of the urban food question in the Global North. **Urban Studies**, vol. 52, n. 8, 2015, p. 1379-1394.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

RUAF FOUNDATION. **Urban Agriculture: what and why?** 2019. Disponível em: <https://www.ruaf.org/urban-agriculture-what-and-why>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SAATH, K. C. O.; FACHINELLO, A. L. Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.56, n. 2, Brasília, abr.-jun. 2018. doi: 10.1590/1234-56781806-94790560201.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Documento Referencial Geral: Versão Final. Belo Horizonte, jun. 2007.

STEEL, C. **Hungry cities: how food shapes our lives**. Londres: Vintage Publishing, 2013.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (1977). Tradução Livia de Oliveira, 1 ed. Londrina: Eduel, 2013.

VELLEDA, L. Hortas urbanas produzem 20% dos alimentos consumidos no mundo. **Rede Brasil Atual: Ambiente**, 11 mar. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/03/hortas-urbanas-produzem-20-de-todo-o-alimento-produzido-no-mundo/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

2 [ARTIGO I] DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE, MG

RESUMO A alimentação é um dos principais pontos a serem discutidos para se alcançar o desenvolvimento sustentável – é o que nos aponta a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Dessa forma, este artigo tem como objetivo discutir a relação dessas temáticas – alimentação e desenvolvimento sustentável - com a cidade e o planejamento urbano, tendo Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil, como referência. Para isso, após levantamento das legislações relacionadas ao tema, foram identificadas as experiências de agricultura urbana que acontecem em Belo Horizonte, o papel da Prefeitura e de outros atores na manutenção das mesmas e a importância da agroecologia na construção de uma sociedade mais igualitária e resiliente.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Alimentação; Agricultura Urbana; Planejamento Urbano; Belo Horizonte.

ABSTRACT Food is one of the main points to be discussed in order to achieve sustainable development - this is what the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) points out. Thus, this article aims to discuss the relationship between these themes - food and sustainable development – and city and urban planning, having Belo Horizonte, capital of the state of Minas Gerais, Brazil, as a reference. For this, after surveying the laws related to the theme, we identified the experiences of urban agriculture that take place in Belo Horizonte, the role of the Municipality and other agents in maintaining them and the importance of agroecology in the construction of a more egalitarian and resilient society.

Keywords: Sustainability; Food; Urban Agriculture; Urban Planning; Belo Horizonte.

2.1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são temas recorrentes nos debates contemporâneos da maioria das áreas de estudos. A percepção de que os recursos naturais são finitos, e que a garantia da vida no planeta depende das nossas ações, têm sido pauta das discussões internacionais desde a década de 1970, quando, em 1972, houve a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia (ONU BRASIL, s/d).

Apesar de os termos terem sido definidos de diversas - e, por vezes, conflituosas – formas (SARTORI; LETRÔNICO; CAMPOS, 2014; FEIL; SCHREIBER, 2017), a conceituação mais conhecida de desenvolvimento sustentável é aquela apontada pelo documento desenvolvido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento², criada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, em 1983. Essa Comissão lançou, em 1987, um documento intitulado *Our common future*

² Em inglês, World Commission on Environment and Development - WCED

(Nosso futuro comum, em tradução livre), que define desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.41, tradução da autora).

O relatório aponta que “desenvolvimento” não pode ser compreendido apenas como “o que os países pobres precisam fazer para se tornarem mais ricos” (WCED, 1987, p.7), assim como “sustentabilidade” não diz respeito apenas às questões ambientais. O desenvolvimento sustentável é definido “dentro de uma perspectiva multigeracional e dando igual ênfase ao meio ambiente, à sociedade e à economia como ‘pilares’ fundamentais sobre os quais [...] precisa se apoiar” (HLPE, 2014, p.30, tradução da autora).

Esses três aspectos do desenvolvimento sustentável são bastante importantes quando se discute o crescimento urbano. Hoje, cerca de 55% da população mundial vive em áreas urbanas, contra 30% em 1950, com expectativa de que se chegue a 68% em 2050 (ONU, 2019). No Brasil, esse número é ainda maior. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015, realizada pelo IBGE, 84,73% da população brasileira vivia em áreas urbanas, sendo a Região Sudeste aquela com o maior percentual: 93,14% (IBGE, 2015). Por ser uma expansão crescente, porém desigual, os impactos ambientais e socioeconômicos são consideráveis. Garantir a resiliência das cidades e de suas populações dependerá do equilíbrio entre esses aspectos – o desenvolvimento sustentável.

Dentro desse contexto, o presente artigo, resultado de pesquisa desenvolvida entre 2018 e 2019, momento de bastante instabilidade política no cenário brasileiro, vem focar em um dos aspectos de grande impacto no debate do desenvolvimento sustentável das cidades e geralmente esquecido dentro do planejamento urbano: a questão da alimentação. Para isso, é feita uma contextualização sobre as discussões contemporâneas acerca da sustentabilidade, tendo a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como seu principal expoente na contemporaneidade.

Focando nas experiências brasileiras, são apresentadas as políticas nacionais relacionadas à segurança alimentar e nutricional, tomando Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e terceira maior cidade da Região Sudeste, como referência nesse debate. De bases agroecológicas, as experiências de agricultura urbana na cidade se tornaram práticas de grande interesse para a Prefeitura e a sociedade civil na busca da construção de uma cidade mais saudável e sustentável.

2.2 ALIMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, apesar de serem ideias largamente utilizadas e objetos de preocupação de várias áreas de estudos e diretrizes políticas, ainda não são termos bem definidos. Como indicam Sartori, Letrônico e Campos (2014), para alguns autores, o desenvolvimento sustentável seria o caminho para se alcançar a sustentabilidade; outros, porém, apontam que o desenvolvimento sustentável é o objetivo a ser alcançado, sendo a sustentabilidade o processo para tal, o que demonstra a inexistência ainda existente nos conceitos.

Alguns pontos, entretanto, dentro dessa temática, são comuns. Tratam-se de ideias ligadas a práticas boas e positivas, se relacionando com a “busca do equilíbrio entre as necessidades do ser humano e o meio ambiente, e em entender suas complexas dinâmicas de interação, [...] visando a obtenção do bem-estar humano em longo prazo” (FEIL, SCHREIBER, 2017, p. 668).

Dessa forma, segundo Sartori, Letrônico e Campos (2014, p. 5), a sustentabilidade pode ser entendida

como um estado em que três tipos de interesses (ou conflitos) sejam cumpridos (ou resolvidos), simultaneamente: (i) o interesse da geração atual em melhorar a suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica), (ii) a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social), e (iii) os interesses das gerações futuras que não estão comprometidos pela satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental) (HORBACH, 2005³).

As cidades, locais de grande concentração de riquezas, são também onde se encontram as maiores desigualdades socioeconômicas e são as principais responsáveis pelas demandas e impactos ambientais na contemporaneidade (ROGERS, 2001). Abrigando a maior parte da população mundial – em número crescente -, as cidades têm hoje um impacto sobre toda a superfície terrestre, dependendo, cada uma, de uma área muito maior que as suas fronteiras físicas para suprir a sua demanda de recursos e locais para “o destino final do lixo e da poluição” (ROGERS, 2001, p. 30).

Dentro desse contexto, o principal expoente contemporâneo para o desenvolvimento sustentável internacional é a Agenda 2030, plano de ação desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para “erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a

³ HORBACH, J. **Indicator systems for sustainable innovation**. Physica-Verlag, 1 ed., 213p., 2005.

prosperidade” (ONU BRASIL, 2018). O documento indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1) divididos em 169 Metas. Todos eles, direta ou indiretamente, relacionados à alimentação (OPAS, 2017; ROCHA; TÂNGARI; XAVIER, 2019).

De acordo com a FAO (2015, p.1, tradução da autora), “nos alimentos - a maneira como são cultivados, produzidos, consumidos, negociados, transportados, armazenados e comercializados - reside a conexão fundamental entre as pessoas e o planeta, e o caminho para o crescimento econômico inclusivo e sustentável”.



Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. FONTE: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, s/d.

Alimentar as cidades, segundo Steel (2013, p.10), requer um enorme esforço; “um que sem dúvida tem maior impacto social e físico em nossas vidas e planeta do que qualquer outra coisa que fazemos”. Os sistemas alimentares, que envolvem todos os processos relacionados à alimentação - desde a produção dos alimentos, armazenamento, transporte, distribuição, venda, consumo e destino dos resíduos, além dos resultados desses processos, “inclusive socioeconômicos e ambientais” (HLPE, 2014, p. 29, tradução da autora) -, têm grande impacto na sustentabilidade global. Num mundo globalizado, em que a cultura alimentar não encontra mais barreiras físicas, permitindo que a maior parte dos alimentos seja encontrada em qualquer lugar no mundo; em que não há preocupação com sazonalidade para a disponibilidade dos alimentos; e que, pelo estilo de vida que se leva, tem um alto consumo de produtos alimentícios ultraprocessados, geralmente embalados, esse impacto – ambiental, social, econômico e na saúde das pessoas (IDEC, 2018) - é ainda maior.

Dentro desse contexto, a existência de sistemas alimentares sustentáveis é imperativa para se alcançar os objetivos traçados pela Agenda 2030. Garantir a sustentabilidade e a segurança alimentar, hoje, como aponta Morgan (2015), não se relaciona mais apenas à questão de disponibilidade de alimentos – para essa e para as futuras gerações. Um sistema alimentar sustentável, deve associar as três principais dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica – às quatro dimensões da segurança alimentar, que são: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (HLPE, 2014).

Como alimentar as cidades de maneira justa, sustentável e culturalmente apropriada, diante das mudanças climáticas iminentes, da desigualdade crescente e da crescente fome mundial é como eu defino a questão alimentar urbana, uma definição não reducionista que faz justiça ao caráter multifuncional do sistema alimentar (Morgan, 2009⁴) (MORGAN, 2015, p. 1380, tradução da autora.).

A FAO, agência da ONU especializada em lidar com as questões relacionadas à alimentação e agricultura, tem como principal missão acabar com a fome mundial. Assim, seu objetivo “é alcançar segurança alimentar para todos e garantir que as pessoas tenham acesso regular a quantidade suficiente de alimentos de alta qualidade para levar vidas ativas e saudáveis” (FAO, 2019a, traduzido pela autora). Para isso,

cria e compartilha informações críticas sobre alimentos, agricultura e recursos naturais na forma de bens públicos globais. [...] Desempenhamos um papel de conector, identificando e trabalhando com diferentes parceiros com experiência estabelecida e facilitando o diálogo entre aqueles que têm o conhecimento e aqueles que precisam. Ao transformar o conhecimento em ação, a FAO vincula o campo a iniciativas nacionais, regionais e globais em um ciclo que se reforça mutuamente. Ao unir forças, facilitamos parcerias para segurança alimentar e nutricional, agricultura e desenvolvimento rural entre governos, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e setor privado (FAO, 2019b, tradução da autora).

O Brasil e o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, com sede em Santiago do Chile, assinaram, em 2008, um acordo para o estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, a agricultura e a segurança alimentar e nutricional (FAO, 2019c). O Programa é coordenado, no Brasil, pela Agência

⁴ MORGAN, K. Feeding the city: the challenge of urban food planning. **International Planning Studies**, v.14, n.4, 2009, pp. 429–436.

Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), e conta com o apoio de diversos ministérios e secretarias para

a implementação dos projetos em andamento nas áreas de: Alimentação Escolar; Fortalecimento do diálogo entre a FAO, os governos e a sociedade civil; Fortalecimento Institucional da Pesca e Aquicultura; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Agroambientais; Fortalecimento do Setor de Algodão; Cooperação Humanitária; América Latina e Caribe sem Fome; Governança responsável de terras e compras públicas da Agricultura Familiar (FAO, 2019c).

O Brasil é referência internacional em governança para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a partir da

implementação e consolidação do sistema público de Segurança Alimentar e Nutricional, participativo, intersetorial e federativo, aliado à decisão estratégica de colocar a fome no centro da agenda governamental a partir de 2003 e, posteriormente, a erradicação da miséria e pobreza, a partir de 2011 (OPAS, 2017, p.12).

Essas medidas são formalmente regidas pela Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006), que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)⁵, “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006, Art 1º); e pelo Decreto nº 7.272, de 2010, que “define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN” (BRASIL, 2010).

Esses dois regulamentos, segundo seus textos, têm como principal objetivo garantir o direito humano à alimentação adequada, levando em conta as dimensões e diversidades ambientais, culturais, econômicas, regionais, étnico-racial, a equidade de

⁵ Além da criação do SISAN, a Lei nº 11.346/2006 também estabeleceu as regras do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O CONSEA era um “órgão de assessoramento imediato à Presidência da República [...] composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais [...] sendo] um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisan” (MACHADO, 2017). No início de 2019, com a mudança para o atual governo federal, o CONSEA foi extinto, pela nova estrutura governamental do Executivo (medida provisória MP nº 870 de 1º de janeiro de 2019 e decreto nº 9.674 de 2 de janeiro de 2019), e depois recriado através de emendas à MP (agora Lei nº 13.844), alocando-o no Ministério da Cidadania. No entanto, ao sancionar a lei, o atual presidente vetou o inciso que recriava o órgão (QUIRINO, 2019), sendo apoiado em sessão parlamentar de 24 de setembro de 2019, extinguindo, em definitivo, o Conselho (IDEC, 2019).

gênero e a orientação sexual (BRASIL, 2006, Art. 2º §1º; BRASIL, 2010, Art. 4º, inciso II). O Decreto indica, ainda, que a PNSAN tem como uma de suas diretrizes a “promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica [...]” (BRASIL, 2010, Art. 3º, inciso II), sendo um de seus objetivos

promover **sistemas sustentáveis de base agroecológica**, de produção e distribuição de alimentos que **respeitem a biodiversidade** e **fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais** e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional (BRASIL, 2010, Art. 4º, inciso III, marcações nossas).

Apesar do que é indicado por essas legislações, e de que as suas iniciativas, aliadas ao conjunto de programas governamentais - como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fomento à Agricultura Familiar (PRONAF), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde, entre outros (OPAS, 2017) - terem permitido que o Brasil saísse do Mapa da Fome, a realidade brasileira não corresponde ao que se estabelece.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, considerando-se o valor gasto com esses produtos por ano (GRIGORI, 2019). Só em 2019, foram liberados 474 novos produtos no país, sendo apenas 40 deles orgânicos ou biológicos (MOREIRA, 2019). Além disso, de acordo com um comparativo realizado pela Folha de São Paulo (ZAREMBA; WATANABE, 2019), dos 96 ingredientes ativos que compõem os agrotóxicos liberados até setembro de 2019, 28 são proibidos na União Europeia, 36 na Austrália, 30 na Índia e 18 no Canadá.

Apesar de o argumento para o uso tão intenso de agrotóxicos no Brasil ser que eles permitem o aumento da produtividade, num país que tem mais de uma safra por ano e um clima propenso ao surgimento de pragas (GRIGORI, 2019), atualmente, de acordo com a FAO, o Brasil está voltando a fazer parte do Mapa da Fome. Entre 2016 e 2017 houve aumento da porcentagem da população em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019), demonstrando que mais agrotóxicos não significa mais pessoas alimentadas. Além disso, o uso de agrotóxicos é associado a uma série de doenças, sendo registrados, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 20 mil mortes por ano devido ao seu consumo, sendo os principais afetados,

de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2019), os agricultores e trabalhadores das indústrias de agrotóxicos.

A maior parte dos agrotóxicos é utilizada nas grandes monoculturas que formam a paisagem agropecuária do Brasil – 52% apenas para a soja (DE OLIVEIRA, 2017). Esse sistema produtivo é contrário aos “sistemas sustentáveis de base agroecológica” indicados como prioridade pela PNSAN, que se baseiam na diversidade e rotatividade de culturas, e no controle biológico de pragas e doenças, sendo, assim, menos agressivos ao meio ambiente, aos trabalhadores e aos consumidores, e mais condizente às propostas de desenvolvimento sustentável. Isso demonstra que, apesar de ser referência por suas leis e governança para a segurança nutricional e alimentar e para o direito humano à alimentação adequada, o Brasil ainda tem muito o que transformar para a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

2.3 BELO HORIZONTE: CIDADE REFERÊNCIA

Em Minas Gerais, estado do sudeste brasileiro, a questão da segurança alimentar é associada à sustentabilidade, uma vez que o estado adota, desde 2001, o termo Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SANS (CTSANS/CONSEA-MG, 2012). O termo é utilizado para enfatizar

o aspecto da sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social, cultural e econômico em todas as etapas do ciclo dos alimentos (produção, colheita, extração, beneficiamento, armazenamento, distribuição, comercialização, consumo e destinação dos resíduos sólidos).

Mais recentemente, a dimensão solidária é incorporada ao conceito de SANS em Minas Gerais para fazer referência ao modo de produção, comercialização e consumo dos alimentos, que deve ser pautado em valores de igualdade, partilha, fraternidade, justiça e, acima de tudo, de garantia ao direito humano de se alimentar adequadamente (CTSANS/CONSEA- MG, 2012, p.21-22).

Belo Horizonte, capital mineira, com população atual estimada em 2,5 milhões de pessoas (IBGE, 2019), é um município pioneiro no desenvolvimento de programas de segurança alimentar. Desde 1993, a então

Secretaria Municipal de Abastecimento passou a nuclear 18 programas de forma articulada, exercendo atividades de regulação (preços, qualidade, fluxos comerciais, parcerias etc.), intervenção compensatória (restaurantes populares, doações para instituições, alimentação escolar) e educação e transmissão de práticas alimentares (educação alimentar, redução de sobras, agricultura urbana e outros) (BELIK, 2012, p.99).

Hoje, essas ações e programas são geridos pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A SUSAN é organizada em três diretorias – Restaurantes Populares, Assistência Alimentar e Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimentos, sendo assessoradas por um gabinete com cinco áreas de atuação (Figura 2). A Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimentos (DFAB) é ainda dividida

em duas Gerências: Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU) e Gerência de Apoio ao Sistema de Abastecimento e Comercialização (GEASC)⁶.

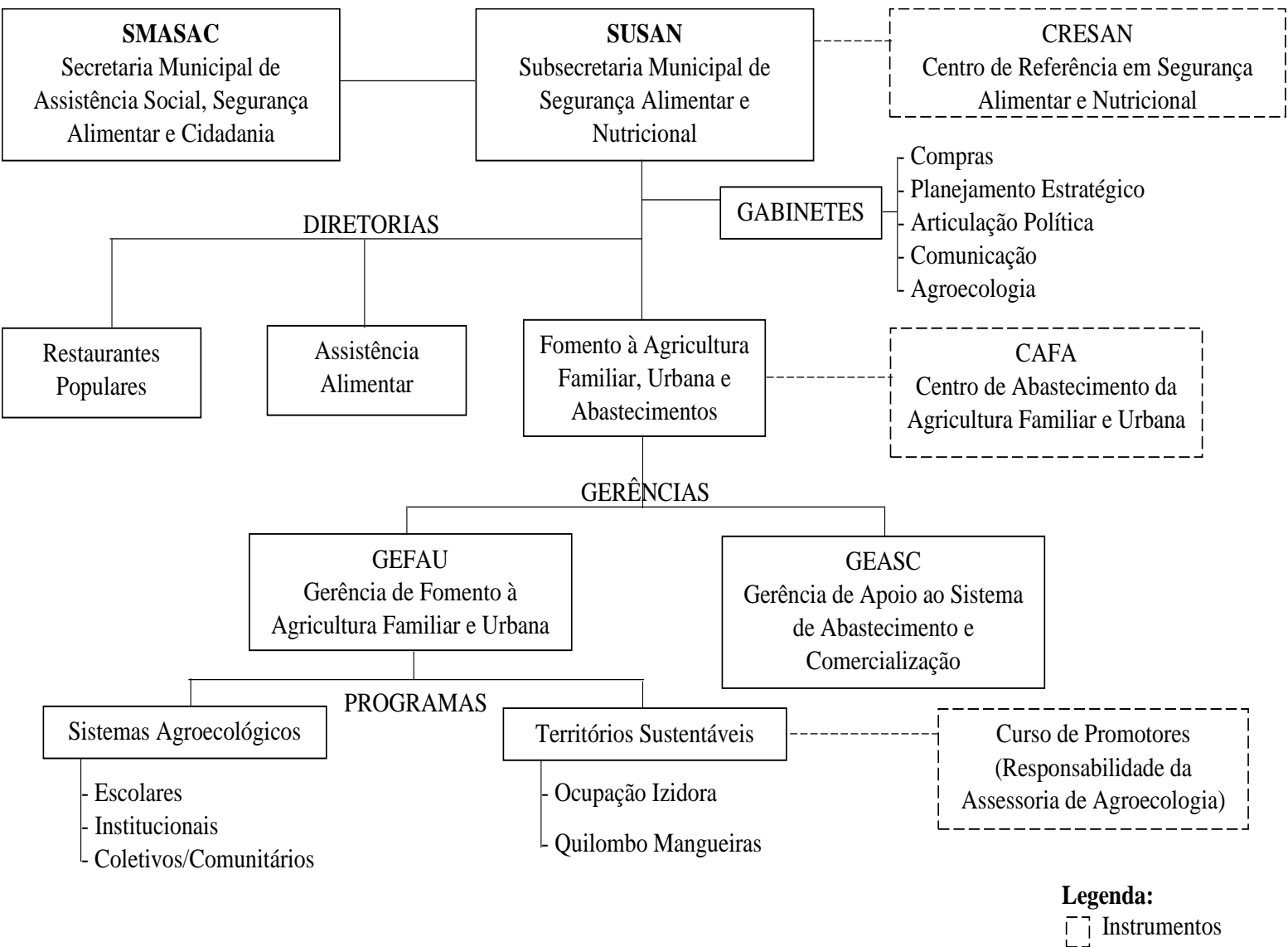


Figura 2: Organograma da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte. Desenvolvido pela autora, 2019.

O incentivo à Agricultura Urbana, realizada pela GEFAU, é também uma das ações da FAO para acabar com a fome e a pobreza. Isso porque, apesar de quase 80% das pessoas mais pobres e atingidas pela fome viver em áreas rurais (FAO, 2015), a maior parte da população mundial, 55% (ONU, 2019), se encontra em áreas urbanas. Assim, a produção de alimentos, de forma segura e sustentável, inserida no ecossistema urbano (MOUGEOT, 2000), facilita o acesso a alimentos in natura à população mais atingida pelos desertos e pântanos alimentares⁷, que são os pobres urbanos.

A agricultura urbana também diminui o ciclo produtivo dos alimentos, o que gera menos desperdício e mais economia em transporte e energia; proporciona uma fonte de renda aos que com ela trabalham; ajuda a tornar as cidades mais resilientes, diminuindo seu impacto ecológico e nas mudanças climáticas (RUAF FOUNDATION, s/d). Ou seja, ajuda na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Em Belo Horizonte, as iniciativas de agricultura urbana são também, em sua maioria, agroecológicas – como propõe a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Apesar de o termo poder assumir diversos significados, dependendo da origem e da forma como é empregado, ao se tratar de modo de produção, a agroecologia é entendida como “uma forma de agricultura sustentável que retoma as concepções agronômicas anteriores à chamada Revolução Verde [...] práticas de agricultura que incorporam as questões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas” (LEGNAIOLI, 2019).

Muitas vezes, a agroecologia é percebida como mais do que uma técnica ou sistema de produção: é um movimento, uma ciência, uma visão política e uma prática que, ao lado do conhecimento agrícola, apoia valores e ética específicos, como relações sociais de mutualidade e respeito, um compromisso com promover mudanças e administração da terra mais equitativas (TORNAGHI; HOEKSTRA, 2017, p. 3, tradução da autora).

⁶ As informações sobre a organização e ações dos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte foram concedidas em entrevistas com a GEFAU e com o Assessor de Planejamento e Gestão do Gabinete da SUSAN, no primeiro semestre de 2019.

⁷ “Desertos alimentares são definidos como partes do país desprovidas de frutas frescas, vegetais e outros alimentos integrais saudáveis, geralmente encontrados em áreas pobres. Isso se deve principalmente à falta de supermercados, feiras e fornecedores de alimentos saudáveis” (AMERICAN NUTRITION ASSOCIATION, 2010, tradução da autora).

“Já o pântano alimentar refere-se a: ‘uma área de 4 km, onde 90% dos comércios oferecem comida de baixo preço e com alta densidade energética, como redes de fast food, lojas de conveniência e pequenos mercados conhecidos por vender produtos de menor qualidade nutricional’”. (LORENCETI, 2019).

Assim, as experiências de agricultura urbana agroecológicas, além de terem o

desejo de reconstruir laços comunitários e sistemas alimentares sustentáveis [...], se posicionam claramente em termos ecológicos, sociais e políticos. [...] Em termos ecológicos, baseia-se no respeito a todas as formas de vida, afasta-se de abordagens puramente centradas no ser humano e compromete-se a proteger a terra da degradação, poluição e cercamento. Em termos sociais, busca (e prospera em) apoio mútuo, aprendizado e respeito às diferenças culturais. Em termos políticos, está incorporada em uma rede de movimentos por soberania e justiça alimentar, e acesso equitativo a recursos e benefícios (TORNAGHI; HOEKSTRA, 2017, p. 3, tradução da autora. Marcações originais).

As discussões sobre agroecologia, em Belo Horizonte, têm início ainda na década de 1990, quando foram criados os Centros de Vivência Agroecológica (CEVAE), pela inédita união da então Secretaria de Abastecimento com a Secretaria de Meio Ambiente para uma proposta de política territorial. A temática ganhou e perdeu importância ao longo dos governos que se seguiram, mas a partir de 2017, com o governo atual, a Agroecologia passou a ser pauta estratégica da SUSAN, como sua principal temática. Dessa forma, a Subsecretaria tem trabalhado na construção de uma nova realidade de políticas públicas, propondo ações para o desenvolvimento de um sistema alimentar mais resiliente e sustentável.

Dentro dessa perspectiva, o governo de Minas Gerais lançou, em 2018, a Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica em Minas Gerais. A estratégia faz parte do Plano Estratégico do estado para o quadriênio 2018-2022, e foi desenvolvida pelo Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica em Minas Gerais⁸. Isso demonstra a preocupação do Governo do Estado com o alto consumo de agrotóxicos característico do país, e em propor estratégias mais sustentáveis, como indicado pelo Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA-MG)

Em Belo Horizonte, as experiências de agricultura urbana agroecológica são referência nacional e internacional, sendo a cidade representante do Brasil no relatório

⁸ Esse grupo é composto pelas Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão; Governo; Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Saúde; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Trabalho e Desenvolvimento Social; Educação; Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; além da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER – MG), do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), do Instituto Estadual de Florestas e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

da FAO sobre agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe (FAO, 2014a). As iniciativas partem sempre do interesse popular, podendo ser autônomas ou com incentivo de ONGs e outros grupos do terceiro setor, sempre apoiadas pela PBH.

2.4 O QUE ESTÁ ACONTECENDO EM BH

A Prefeitura de Belo Horizonte, através da SUSAN, é responsável por dois programas de apoio à agricultura urbana agroecológica: o Programa Sistemas Agroecológicos e o Programa Territórios Sustentáveis.

O Programa Sistemas Agroecológicos dá apoio, suporte técnico e insumos como mudas, ferramentas e adubo a hortas coletivas que se formam por organização popular em escolas, instituições e comunidades. Dessa última categoria – hortas comunitárias -, o levantamento disponibilizado pela Prefeitura indica, existência de 48 hortas em 2019 que utilizam espaços públicos, com áreas que variam de 4 a 18.000 m² (GEFAU, 2019).

Para receber o apoio da Prefeitura, o interesse pelo desenvolvimento da horta deve partir da própria comunidade. Ao identificar uma área pública que esteja ociosa, é preciso procurar a Regional onde a área está localizada (Belo Horizonte é dividida em nove regionais), que fará uma primeira análise antes de encaminhar o pedido à GEFAU. A partir disso, é feita uma avaliação do interesse e da área em questão, verifica-se se ela realmente é uma área pública, se está disponível e se não há nenhum projeto do poder público para a mesma, e então inicia-se o contato e as reuniões com os interessados.

É de entendimento da GEFAU que, apesar de a disponibilidade de área e de recursos ser importante para o desenvolvimento de um projeto de agricultura urbana, a principal variável para o seu sucesso é o envolvimento da comunidade. Dessa forma, nenhuma parte do processo é feita sem a participação e protagonismo da mesma, uma vez que ela é que será responsável pela manutenção do projeto a longo prazo.

O desenvolvimento dos projetos acontece em mutirões, e a Prefeitura auxilia na mobilização da comunidade e com apoio técnico - de geógrafos, agrônomos, técnicos agrícolas e assistentes sociais. Assim, antes da implantação de uma horta, por exemplo, são feitas várias reuniões com a comunidade na intenção de se construir, entre os interessados, a ideia de coletividade e pertencimento ao grupo.

Muitas vezes, nesses processos de diálogos para a consolidação de um projeto, acaba havendo a desmobilização dos interessados, por perceberem que o compromisso

e a disponibilidade para o desenvolvimento de uma horta precisam ser grandes. A GEFAU também aponta sempre a responsabilidade que é preciso ter com o projeto, uma vez que o seu desenvolvimento acontece com investimento de dinheiro público.

O Programa Territórios Sustentáveis, por sua vez, propõe a implementação, até 2020, de quatro territórios agroecológicos em Belo Horizonte: as comunidades Vitória, Esperança e Rosa Leão, que formam a Ocupação Izidora⁹; e o Quilombo Mangueiras, que faz divisa com a Ocupação. Para isso, o projeto dá apoio e busca desenvolver quintais, pomares, viveiro de mudas, banco de sementes dentro dessas comunidades.

O Territórios Sustentáveis tem diferentes eixos de fomento ao plantio e estímulo à produção de alimentos, que vão desde a agricultura urbana até as hortas escolares e comunitárias, as oficinas de plantio em espaços alternativos, a Feira da Agricultura Urbana, dentre outros. O projeto oferece um pacote de serviços que inclui formação, educação alimentar, formas de produzir alimentos, identificação de áreas com potencial para instalação de hortas e pomares comunitários, priorizando espaços localizados em áreas de maior vulnerabilidade social (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2017).

O caso mais conhecido do Programa Territórios Sustentáveis é o quintal do sr. Adão e da dona Ana. Moradores da comunidade Vitória, da Izidora, o sr. Adão conta¹⁰ que sempre gostou de plantar – apesar de não consumir muita verdura -, mas o fazia de forma tradicional, com a utilização de veneno. Depois dos programas de agroecologia da Prefeitura e dos incentivos do coletivo Agroecologia na Periferia, o sr. Adão resolveu testar os métodos agroecológicos. Percebendo que, apesar de crescerem mais lentamente, as plantas tinham cheiro e sabor melhores, transformou toda a sua plantação em agroecológica, sendo hoje referência na comunidade, possuindo, inclusive, um galpão que serve de abrigo a várias atividades dos Programas.

Além dos dois Programas, a PBH tem ainda o Adote o Verde, um programa de parceria entre a administração municipal, a iniciativa privada e a comunidade em geral, “com o objetivo de viabilizar a implantação e, principalmente, a manutenção de

⁹ A Ocupação Izidora, localizada na região norte de Belo Horizonte, é “Considerada uma das áreas urbanas de maior conflito fundiário no Brasil, [... transformando-se] em um caso emblemático da luta pelo direito à cidade e à moradia” (CAMARGO, 2019). Cerca de 8 mil famílias vivem nas três comunidades que formam a ocupação, construindo “um processo participativo de regularização fundiária, influenciando na criação de novas políticas urbanas para esse tipo de situação.

A Izidora surgiu em 2013 em um contexto de falta de acesso à moradia, água, energia elétrica e saneamento básico. Oito mil famílias sem-teto, formadas e lideradas principalmente por mulheres negras, ocuparam a área vazia, que não cumpria a função social e era cobijada pelo mercado imobiliário” (CAMARGO, 2019).

¹⁰ Visita e conversa realizadas com o casal em maio de 2019.

parques, praças, jardins, canteiros centrais de avenidas e demais áreas verdes públicas da cidade” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018b). Atualmente, cerca de 300 espaços do município são mantidos através do programa: a Prefeitura se responsabiliza pelo projeto de implantação ou reforma do espaço, “pagamento de contas de água e luz, apoio técnico e permissão para colocação e placa no local adotado, divulgando a parceria” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018b), enquanto aos adotantes cabe manter as áreas limpas e bem cuidadas.

Além de fazer a gestão dos Programas, a GEFAU também será responsável pelo Centro de Referência Municipal em Agroecologia e Resíduos (CEMAR), ainda em construção. O CEMAR terá como objetivo a Educação Ambiental, a produção comunitária de mudas, biofertilizantes e compostos para uso nos projetos fomentados pela Gerência, além de propor serviços para ações programáticas sendo uma área de construção participativa da comunidade.

A Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimento (DFAB), a qual pertence a GEFAU, também é responsável pela Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA), um espaço no bairro Padre Eustáquio, já existente, mas que tem se reorganizado para abrigar novas atividades e dar mais apoio aos produtores urbanos; e pelo Banco de Alimentos da cidade, que recebe doações de “produtos que perderam o valor para o comércio, mas que ainda estão adequados para o consumo” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018a). As doações são feitas por

pessoas físicas, supermercados, sacolões, outros bancos de alimentos da região metropolitana de Belo Horizonte e também de agricultores familiares. [...] Os alimentos recebidos são selecionados e distribuídos gratuitamente a 40 instituições cadastradas que produzem e distribuem refeições gratuitas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando cerca de 6 mil cidadãos, semanalmente (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018a).

Além dessas iniciativas, a SUSAN também é responsável pela gestão do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRESANS) sediado no Mercado Popular da Lagoinha, que promove cursos de qualificação e profissionalização nas áreas de “panificação, confeitaria, gastronomia mineira e belo-horizontina, e empreendedorismo” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019). Nesse mesmo espaço acontece a Trilha Agroecológica, um curso gratuito, que acontece em 13 módulos,

para moradores e moradoras de Belo Horizonte, e tem por objetivo promover, difundir e fortalecer a produção e o consumo de produtos agroecológicos, assim como contribuir com a formação de agentes que possam atuar na promoção destes princípios, em diferentes níveis e espaços da cidade.

O curso é realizado com base em metodologias participativas, interativas e dialógicas, promovendo o debate e a troca de conhecimentos entre cursistas e instrutores ao longo dos módulos, de forma teórica e prática. Ao fim, espera-se que os/as participantes do curso tenham um aprofundamento em temas relacionados à agroecologia e a agricultura urbana, tanto dos aspectos técnicos de manejo, como das questões conceituais e filosóficas (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

Outro curso promovido pela SUSAN, sob responsabilidade da Assessoria de Agroecologia, é o Curso de Promotores. Ligado ao Programa Territórios Sustentáveis, o curso se baseia na metodologia Campesino a Campesino¹¹ e envolve lideranças de 13 territórios periféricos de Belo Horizonte, com alto grau de vulnerabilidade social. O curso dura um ano e sua primeira turma, que contava com pouco mais de 20 pessoas, se encerrou em julho de 2019. A expectativa é que essas pessoas se tornem multiplicadoras dos conhecimentos agroecológicos adquiridos no curso, podendo levar para as periferias e espaços de maior vulnerabilidade social alternativas para a geração de renda e a segurança alimentar e nutricional, de formas sustentáveis.

Para que haja constante contato entre os órgãos públicos e a sociedade civil, no âmbito da agricultura urbana, a Prefeitura promove reuniões de caráter participativo e está sempre presente, através de seus assessores e técnicos, em eventos de agricultura urbana, familiar e agroecológica da cidade. Além disso, mantém esse contato na realização dos cursos de formação – Trilha Agroecológica e Curso de Promotores -, e nas assessorias técnicas às hortas comunitárias e escolares, participantes dos Programas. Isso permite que haja maior proximidade e trocas entre os órgãos promotores e a população, reforçando um dos aspectos da agroecologia: a coexistência da ciência com a valorização da tradição.

11 A metodologia campesino a campesino “teve origem em 1972 nas comunidades Maya Kaqchikeles de Chimaltenango na Guatemala, por meio de uma experiência extensionista, na organização não-governamental (ONG) norte-americana Vecinos Mundiales [...] e] consiste no intercâmbio de conhecimentos onde a forma de compartilhamento são os diálogos que se baseiam em investigação e ações coordenadas e dirigidas pelos camponeses” (SIQUEIRA et al., 2014). Entre seus princípios básicos está a identificação do agricultor como ator principal das ações, e os técnicos assumem apenas o papel de facilitadores; a aprendizagem a partir da prática e do intercâmbio de experiências e a experimentação em pequena escala, com o emprego de técnicas de efeito rápido, múltiplo e conhecido (INSTITUTO DE DESARROLLO E MEDIO AMBIENTE, 2000).

Apesar da existência de programas federais como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, as ações relacionadas à agricultura urbana da PBH acontecem com a utilização apenas de recursos do próprio município. Isso porque, apesar de ser destinado a “estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias rurais próximas” (BNDES, 2019) – sendo estabelecimento rural definido pelo Decreto-Lei nº 7.449/1945 como

o imóvel, situado **dentro ou fora dos limites urbanos**, que se destina ao cultivo da terra, à extração de matérias primas de origem vegetal, à criação ou melhoria de animais e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades” (BRASIL, 1945, art. 1º, §2º, marcações nossas)

, a falta de reconhecimento e de legislações específicas à agricultura urbana torna difícil o acesso a esse tipo de verba e financiamento.

Nesse sentido, desde de 2011, Belo Horizonte conta com a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana (Lei nº10.255/2011), que é “parte integrante da política municipal de abastecimento, em harmonia com a política urbana e voltada para a segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis” (BELO HORIZONTE, 2011).

A Política tem o objetivo de “contribuir na ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BELO HORIZONTE, 2011, Art. 2º), entendendo agricultura urbana como

o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, a troca, a doação, a comercialização e a prestação de serviços (BELO HORIZONTE, 2011, Art. 1, §1º).

2.4.1 CEVAEs

Além das ações e projetos sob a coordenação da SUSAN, a PBH também é responsável pela gestão dos Centros de Vivência Agroecológica – CEVAEs,

equipamentos público-comunitários de política de meio ambiente e segurança alimentar do Município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção sócio-ambiental, através de ações nas áreas de educação ambiental, segurança alimentar e saúde, agroecologia, capacitação e geração alternativa de renda (BELO HORIZONTE, 2000, Art. 2º).

Inicialmente administrados por um Comitê Gestor, liderado por representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da então Secretaria de Abastecimento (hoje, uma diretoria da SUSAN), desde 2005 são geridos pela Fundação de Parques e Zoobotânica da Prefeitura.

As primeiras ideias para a criação dos CEVAEs datam de 1993, por iniciativa da então Secretaria de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente” (BARBOSA, 2002). As duas Secretarias possuíam propostas para um espaço onde seriam trabalhadas as questões da agricultura urbana e da produção de alimentos pelas famílias, associando à educação alimentar e ambiental, e se uniram para o desenvolvimento desse projeto.

Com o apoio do Fundo LIFE¹² e da Rede de Tecnologias Alternativas (REDE), o primeiro CEVAE foi implantado, em 1995, no Taquaril, “região priorizada segundo critérios e planejamento da Prefeitura [... e] porque naquele momento, apresentava um quadro social bastante tenso” (BARBOSA, 2002, p. 53-54).

Existia uma definição bem clara de que os CEVAEs deveriam ser instalados na periferia da cidade, onde as comunidades “fossem mais carentes e tivessem ainda viva, práticas rurais” (SENRA, 2001¹³). A proposta da prefeitura era de implantar, inicialmente, um CEVAE em cada regional e, posteriormente, esse número seria ampliado. Contudo, os recursos que a Prefeitura dispunha não eram suficientes (SENRA, 2001) e, portanto, foi necessário estabelecer critérios que definissem uma ordem de prioridades na implantação dos CEVAEs. Assim, além do critério de “tensão social”, privilegiou-se aquelas regionais que estavam sem nenhuma intervenção direta da secretaria de abastecimento e da secretaria do meio ambiente (BARBOSA, 2002, p. 54-55).

Além do CEVAE Taquaril, foi aprovada, no mesmo ano, pela Prefeitura, a construção de mais três Centros, em outras três regiões de Belo Horizonte: Aglomerado Morro das Pedras, na região Oeste; Capitão Eduardo, na região Nordeste; e Serra Verde, na região Norte, sendo os quatro inaugurados em 1996 (BARBOSA, 2002).

Os espaços ocupados pelos CEVAEs

¹² O LIFE - Local Initiative Facility for Urban Environment (Instalação de Iniciativa Local para o Ambiente Urbano) foi um programa criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), logo após a ECO 92. Seu objetivo era “estimular a articulação de agentes governamentais locais, da sociedade civil e do setor privado, criando perspectivas inovadoras que resultem na melhoria do meio ambiente urbano e da redução da miséria” (BARBOSA, 2002).

¹³ SENRA, João Bosco. Belo Horizonte, Minas Gerais, 12 nov. 2001. 2 fitas cassetes (60min.). Entrevista concedida a Malba Tahan Barbosa.

foram construídos a partir de uma planta-padrão, com área construída de 100m², constando de sala para administração, cozinha, salão para oficinas/cursos, banheiro feminino e masculino, e pátio. Uma infra-estrutura necessária para a realização de encontros, cursos, reuniões, para abrigar a equipe técnica e de apoio e equipamentos agrícolas e de comunicação (REDE, 1995¹⁴). O restante da área, que permaneceu não construída, está destinada a experimentação, produção e demonstração de cultivos e composto orgânico (BELO HORIZONTE, PMBH, s.d.2)¹⁵ (BARBOSA, 2002, p. 56-57).

Um quinto Centro foi criado nos anos 2000, na região Noroeste, ocupando a área de uma fazenda que foi desapropriada: o CEVAE Coqueiros. Apesar de não possuir a mesma estrutura arquitetônica dos primeiros, desde 2010 o espaço conta com uma horta comunitária agroecológica, que hoje divide espaço com outras atividades, como o projeto Academia da Cidade, a prática de esportes na quadra de terra - vôlei, futebol -, projetos de capoeira, pintura, bordado e o grupo de Escoteiros. A diversidade de atividades permite que o espaço contemple um maior número de pessoas da região, de diferentes faixas etárias e interesses, tornando-o mais relevante à comunidade.

Em todos os CEVAEs, a principal atividade desenvolvida são as hortas que, são desenvolvidas de modo agroecológico. Dessa forma, não é permitido o uso de nenhum tipo de defensivo ou adubos químicos, sendo as pragas controladas com a utilização de caldas e técnicas agroecológicas, e a adubação feita com esterco ou pelo uso de compostos orgânicos. Os administradores locais, funcionários da Prefeitura ou contratados para o cargo, são os responsáveis por transmitir essa informação a todos os novos horticultores; as técnicas são repassadas entre eles e esporadicamente ensinadas em oficinas e cursos – que no passado, segundo os produtores e administradores mais antigos, eram mais frequentes.

Uma outra característica das hortas é que, apesar de utilizar um espaço público, os canteiros são individuais, sendo cada produtor responsável pela gestão, cultivo e colheita no seu espaço. De forma geral, em todos os CEVAEs, as hortas são cultivadas majoritariamente (mas não exclusivamente) por mulheres, de faixa etária mais elevada; sendo moradoras da região do CEVAE que frequenta, muitas vezes aposentadas, e algumas de origem rural. Geralmente produzem para consumo próprio, vendendo ou doando o que não consomem. Essa característica dos Centros demonstra

¹⁴ REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Concepção e Estratégias dos Centros de Vivência Agroecológica**. Belo Horizonte, 1995.

¹⁵ BELO HORIZONTE. **Programa Centro de Vivência Agroecológica**. Belo Horizonte: PMBH, s.d.2

que, apesar de terem surgido com a proposta de servirem de espaços para a orientação e qualificação de jovens e adultos quanto à agroecologia, à segurança alimentar e à educação ambiental, sendo uma possibilidade de fonte de renda, os CEVAEs têm atendido a uma outra demanda: a de ocupação da pessoa idosa.

Outra característica comum à maioria dos Centros, como acontece no CEVAE Coqueiros, é a diversificação das atividades para além das práticas de agricultura e das hortas comunitárias. O CEVAE Taquaril, que, no período da pesquisa, contava com 19 famílias produtoras, também tem demandas, segundo a sua administradora local, como as dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Além das hortas, o CEVAE Taquaril abriga projetos sociais e de saúde, como o Projeto Fica Vivo, que, no caso do Taquaril, ensina jovens da periferia a fazer cortes de cabelo, criando uma possibilidade de fonte de renda e de ocupação; o Arte da Saúde, que trabalha com crianças e adolescentes com problemas de saúde mental; a capoeira, e o grupo de escoteiros. Abriga ainda o trabalho com mulheres da terceira idade e a renovação de receitas médicas e aferição de pressão, atividades que, inicialmente, aconteciam no posto de saúde, mas, pela grande demanda, necessitaram de um espaço maior, sendo acolhidas pelo CEVAE Taquaril – que se tornou, efetivamente, um espaço de referência na região.

O CEVAE Serra Verde também tem 19 agricultores em suas hortas, e oferece oficinas de artes, capoeira, e grupos de saúde preventiva, em associação ao posto de saúde do bairro. Além disso, é sede de um dos Centros de Educação Ambiental – CEA¹⁶-, projeto da Secretaria de Meio Ambiente (SMMA). Dessa forma, regularmente o espaço recebe visitas de estudantes das escolas públicas da região, que participam do projeto.

O CEVAE Morro das Pedras tem ganhado destaque no cenário municipal, pela atuação do coletivo MATU – Movimento Agroecológico de Transformação Urbana -, que desde 2018 ocupou o Centro, mobilizando a comunidade na realização de oficinas, cursos e trocas. Assim, o CEVAE Morro das Pedras conta com oficinas semanais de yoga, violão, capoeira, além da prática da agricultura, realizada por um grupo de 13 a 15 produtores.

¹⁶ Os projeto dos Centros de Educação Ambiental buscam “ampliar a educação ambiental para todas as regionais da cidade [... tendo] seu funcionamento baseado em um Programa Integrado de Educação Ambiental e na reprodução local das atividades oferecidas pela SMMA e/ou na incorporação de novas ações fundamentadas em peculiaridades e demandas específicas de cada região da cidade” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019b).

Segundo a administradora local, o espaço já chegou a ter 32 famílias atuando nas hortas, mas com o envelhecimento de alguns e a desapropriação que ocorreu na região, houve uma grande evasão das hortas. Somado a isso, atualmente, a existência de cavalos, que passam pelo cercamento e vêm se alimentar da produção da horta, tem desestimulado os produtores.

O CEVAE Capitão Eduardo é o único que possui apenas o trabalho com as hortas. Quando visitado¹⁷, 9 pessoas eram frequentes o espaço, que é o maior em áreas de canteiro, sendo cada um responsável por sua área, como acontece nos outros CEVAEs. A preocupação do administrador local é que, por ser um bairro dormitório e por haver pouco interesse da população mais jovem da região em ocupar os canteiros vagos, com o tempo, os seus produtores atuais, que têm, em média, 80 anos, não terão mais energia para o trabalho, e o espaço será abandonado. A falta de outras atividades é sentida pelos produtores. Estando, alguns deles, participando desde o início da proposta, eles contam de forma saudosa sobre as viagens, almoços e oficinas que, no passado, o Centro proporcionava.

Segundo a administradora do CEVAE Morro das Pedras, que é funcionária da Prefeitura e já foi coordenadora dos quatro primeiros CEVAEs, quando eles ainda eram responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, o projeto perdeu força e tem se distanciado do seu propósito com o passar do tempo. No início, os CEVAEs tinham, com frequência, oficinas na área de agroecologia e segurança alimentar, acompanhamento de nutricionistas e a Prefeitura distribuía cestas básicas àqueles que mantinham hortas produtivas. Com a transferência da coordenação para a Fundação de Parques e Zoobotânica, em 2005, o investimento na manutenção dos espaços e com a formação agroecológica dos produtores diminuiu.

A Diretoria de Parques e CEVAEs da Fundação, composta por seu diretor e 5 gerentes, é responsável, hoje, pelo gerenciamento dos 5 CEVAEs, 76 parques municipais, 4 cemitérios e o Jardim Botânico. Dessa forma, segundo o seu diretor, eles não têm condições para mobilização e articulação da comunidade, devido à limitação de pessoal e grande demanda sobre eles, conseguindo apenas realizar a manutenção física dos espaços, como podas e capinas. Por isso, ressalta a importância do envolvimento comunitário e de ações como as do MATU, para que os CEVAEs continuem prosperando, mantendo os fundamentos indicados em sua regulamentação:

¹⁷ Foram realizadas visitas e conversas com os administradores locais dos 5 CEVAEs entre maio e junho de 2019.

- I - promoção do desenvolvimento local sustentável;
- II - gestão descentralizada e participativa;
- III - desenvolvimento de ações práticas de experimentação, validação e difusão de tecnologias agroecológicas, socialmente apropriadas;
- IV- utilização de metodologias participativas como base da intervenção;
- V - promoção de parcerias (BELO HORIZONTE, 2000, Art. 3º).

Para isso, a diretoria tem buscado retomar parcerias com a SUSAN e a ONG Rede de Tecnologias Alternativas (REDE), entrando em editais de financiamento, além de incentivar o envolvimento de outras organizações não governamentais, para que os CEVAEs continuem crescendo e prosperando em suas atividades.

2.4.2 PARA ALÉM DA PBH

Juntamente com a Prefeitura, outros movimentos coletivos, organizações da sociedade civil e do terceiro setor, atuam no incentivo e desenvolvimento da agricultura urbana na cidade. Alguns deles são a AMAU, o Coletivo Agroecologia na Periferia e a REDE.

A AMAU - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - é um “coletivo de pessoas, grupos comunitários, organizações, pastorais e movimentos sociais que desenvolvem e apoiam iniciativas de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte” (AMAU, s/d). Tendo surgido em 2001 - a partir de um grupo de trabalho criado pelo Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e pelo CONSEA-MG, afim de se aprofundar as discussões sobre a temática da agricultura urbana na região metropolitana de Belo Horizonte, onde, em parceria, faziam um levantamento de iniciativas desse tipo -, hoje a AMAU articula mais de 20 instituições, grupos e coletivos que trabalham com agricultura urbana e familiar e agroecologia na região, tendo como objetivos

1. apoiar as iniciativas populares e fortalecer a organização das/os agricultoras/es da RMBH;
2. dar visibilidade às experiências de agricultura e agroecologia existentes na RMBH mostrando a diversidade de atividades e espaços, além das diferentes funções que podem ter na região;
3. aprofundar o debate político com diferentes movimentos e organizações sociais e setores do poder público sobre a relação campo-cidade, o papel da agricultura e da agroecologia em regiões metropolitanas na construção de um projeto popular para o Brasil e a implementação de políticas públicas necessárias para o seu fortalecimento (AMAU, s/d).

O grupo realiza encontros periódicos, a fim de debater as ações coletivas e manter a articulação entre seus vários agentes, e possui um grupo em rede social para facilitar a troca de experiências e a comunicação interna. Nesse grupo, os participantes divulgam atividades, oficinas e atos políticos direta ou indiretamente relacionados à agroecologia, além de realizarem trocas de saberes e conhecimentos acerca de espécies vegetais, controle de pragas, troca de mudas, entre outros.

O Coletivo Agroecologia na Periferia surgiu em 2014, numa parceria entre a AMAU e as Brigadas Populares¹⁸, com o objetivo de “promover ações de maneira sistematizada e regulares, de forma a potencializar o desenvolvimento da agroecologia no território [das ocupações da Izidora]” (AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2016).

Hoje, o coletivo atua nas ocupações da Izidora (Vitória, Esperança e Rosa Leão) e na ocupação Tomás Balduino, no município de Ribeirão das Neves, buscando

contribuir com a emancipação das comunidades e permanência das famílias nos territórios das ocupações urbanas através do fomento à agroecologia e de uma práxis constante e respeitosa, promovendo encontros, mutirões e vivências para compartilhar conhecimentos e tecnologias sociais produtivas e de saneamento, e fortalecer redes, motivados pela fé e amor pelas pessoas e pela terra (AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2016).

¹⁸ “**Unidade Aberta por uma Nova Maioria** na formação de um amplo campo político capaz de se consolidar como uma alternativa real de emancipação do povo brasileiro. Este é o eixo estratégico das **Brigadas Populares, uma organização socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária**” (BRIGADAS POPULARES, 2013. Marcações originais).

O coletivo é composto por um grupo multidisciplinar de voluntários e desenvolve ações em três áreas de trabalho: gestão do espaço urbano, desenvolvimento produtivo e fundos comunitários (Figura 3).

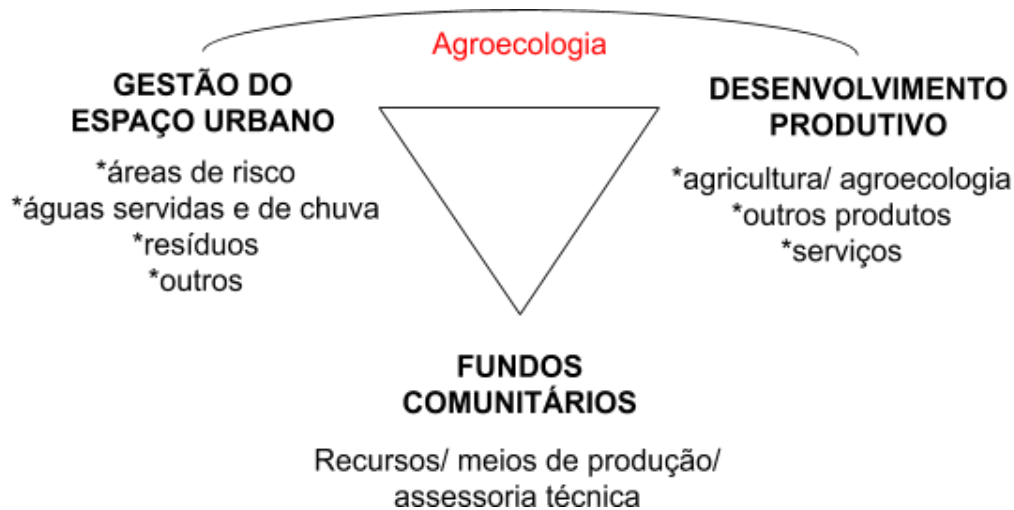


Figura 3: Ações do Coletivo Agroecologia na Periferia. FONTE: AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2016.

A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)

é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1986, que tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e para a melhoria da qualidade de vida de comunidades do campo e da cidade, por meio do fortalecimento da agroecologia e da agricultura urbana.

A REDE trabalha na promoção e qualificação de experiências de produção agroecológica e organização popular, através do acompanhamento às famílias e grupos e do desenvolvimento de atividades de formação e capacitação que fortalecem as experiências e a atuação política das lideranças e das organizações de base (REDE, 2016).

Hoje, a REDE atua na RMBH, potencializando as experiências agroecológicas em áreas urbanas e rurais, evidenciando a relação da agricultura com o espaço metropolitano; e na região leste de Minas Gerais, tendo escritório regional em Simonésia, onde o objetivo é “promover o desenvolvimento local sustentável a partir da construção e consolidação de experiências agroecológicas e iniciativas coletivas na agricultura familiar” (REDE, 2016).

Somando esforços a essas iniciativas, coletivos como o Roots Ativa, o Escadão Agroecológico do Esplanada, o MATU – Movimento Agroecológico de Transformação Urbana, os Hortelões da Lagoinha, o AUÊ! – Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, entre muitos outros, atuam e estudam o espaço urbano

em Belo Horizonte, sempre propondo ações coletivas e de intervenções agroecológicas. A expressiva quantidade de ações relativas à agricultura urbana e à agroecologia na cidade, demonstra que essa é uma temática de interesse da população, corroborando com a proposta da SUSAN em tornar esse um tema base para as suas ações, fortalecendo Belo Horizonte enquanto cidade referência em agroecologia.

2.5 O QUE ESTÁ POR VIR

Por ser muito presente e atuante e, especialmente, por ter se tornado uma das pautas principais de atuação da PBH, a agroecologia (e a agricultura urbana) tem buscado cada vez mais espaço em Belo Horizonte.

Um dos movimentos em andamento, nesse sentido, é o processo para o Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (SPG RMBH).

O SPG é

uma das formas de certificação orgânica reconhecidas pela lei brasileira [... que] se estrutura sobre os princípios de confiança, trabalho em rede e troca de saberes [...].

O tronco que sustenta esse modelo é a visita entre pares. Isso significa que a inspeção não fica a cargo de um agente terceiro, mas sim de membros da mesma comunidade. Através do diálogo entende-se qual é o consenso sobre os métodos e recursos da produção orgânica naquele contexto. Essas comissões formam núcleos regionais permitindo o trabalho em grupos menores (ORGANICSNET, 2016).

As primeiras ideias para o desenvolvimento do SPG RMBH surgiram em 2017, a partir da AMAU e da RUA – Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana¹⁹, com o objetivo de ser “uma estratégia aglutinadora e fortalecedora da produção de base agroecológica” (AGÊNCIA RMBH, 2019), extrapolando a finalidade da certificação. O processo tem sido construído em rede, com o envolvimento de agricultores, da sociedade civil e do poder público.

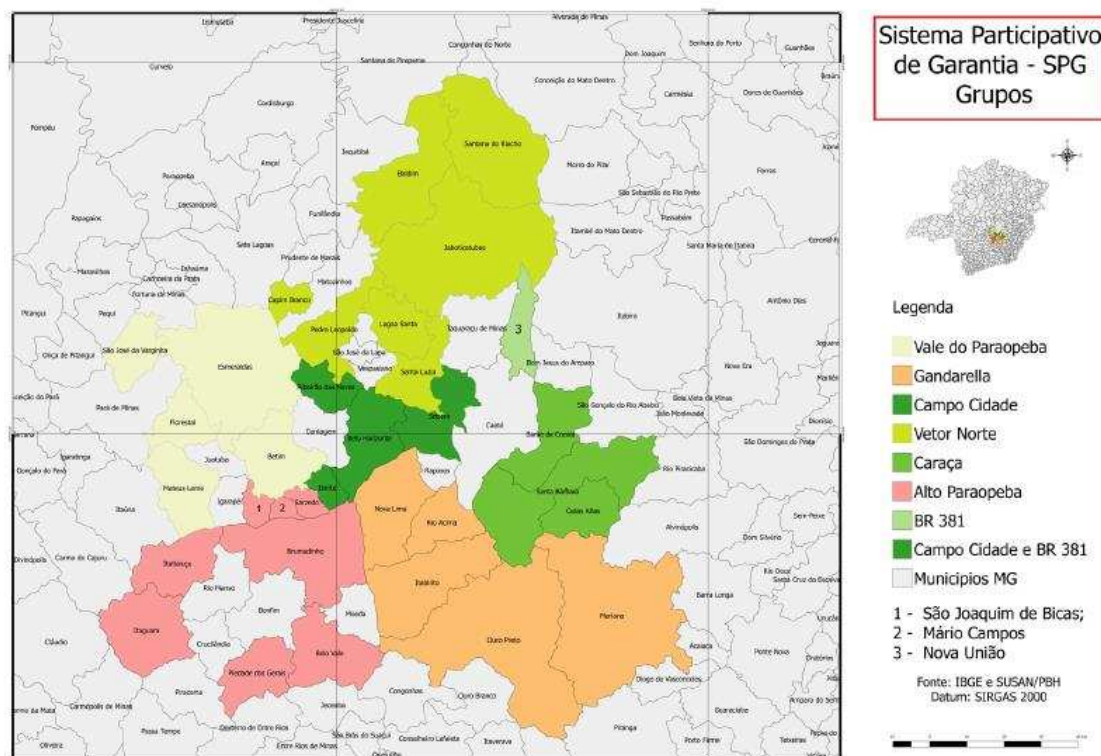


Figura 4: Municípios participantes do SPG RMBH. FONTE: AGÊNCIA RMBH, 2019

Abrangendo 33 municípios - da Região Metropolitana, do Colar Metropolitano e das proximidades de Belo Horizonte - (Figura 4), o SPG RMBH tem o desafio de trabalhar em um território onde a agricultura tem pouca visibilidade, contando com poucas organizações de base (AGÊNCIA RMBH, 2019). Além disso, existe a necessidade de integração da agricultura urbana ao SPG, por ser essa uma característica da região. O projeto é anterior, mas está em consonância com os

¹⁹ “A Rede Urbana de Agroecologia – R.U.A. Metropolitana tem o objetivo de articular e estabelecer diálogos horizontais e colaborativos, através do grupo de e-mails e de encontros presenciais, entre a universidade, as organizações da sociedade civil e o poder público para fortalecer e promover uma agenda de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente, fazem parte da R.U.A Metropolitana mais de 150 pessoas de diversas organizações” (AUÊ!, s/d).

objetivos do governo do estado em diminuir o uso de agrotóxicos e incentivar as práticas agroecológicas e orgânicas.

Um outro projeto - iniciado em 2018, mas que, atualmente, está suspenso - é o Corredor Agroecológico do Arrudas. De iniciativa da PBH, por meio da SMASAC em parceria com a Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), o Corredor tem o objetivo de “ressignificar o espaço urbano com ações de convívio, cultura e lazer, promovendo a produção e o consumo de alimentos saudáveis e a agrobiodiversidade, embasados em princípios e práticas agroecológicas” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018c).

O projeto contempla seis trechos que, juntos, somam mais de 8,5 km, ligando o Parque Municipal ao CEVAE Taquaril, às margens do rio Arrudas (Figura 5). A ideia é que sejam feitas diversas intervenções permanentes, como

a implantação de sistemas agroflorestais, hortas comunitárias, jardins produtivos, espirais de plantas medicinais, plantio de árvores frutíferas e compostagem orgânica, que poderão ser utilizados pela população. Além dessas ações, estão previstas a instalação de ciclofaixas e ciclovias cobrindo toda a extensão do corredor, e inovações como urbanismo tático, jardins de chuva e a instalação de banheiros secos públicos, cujos resíduos serão compostados e utilizados como adubo na recuperação do talude do rio [..., e] estações educativas e produtivas, para orientar o público sobre agroecologia, alimentação saudável e sustentabilidade (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018c).

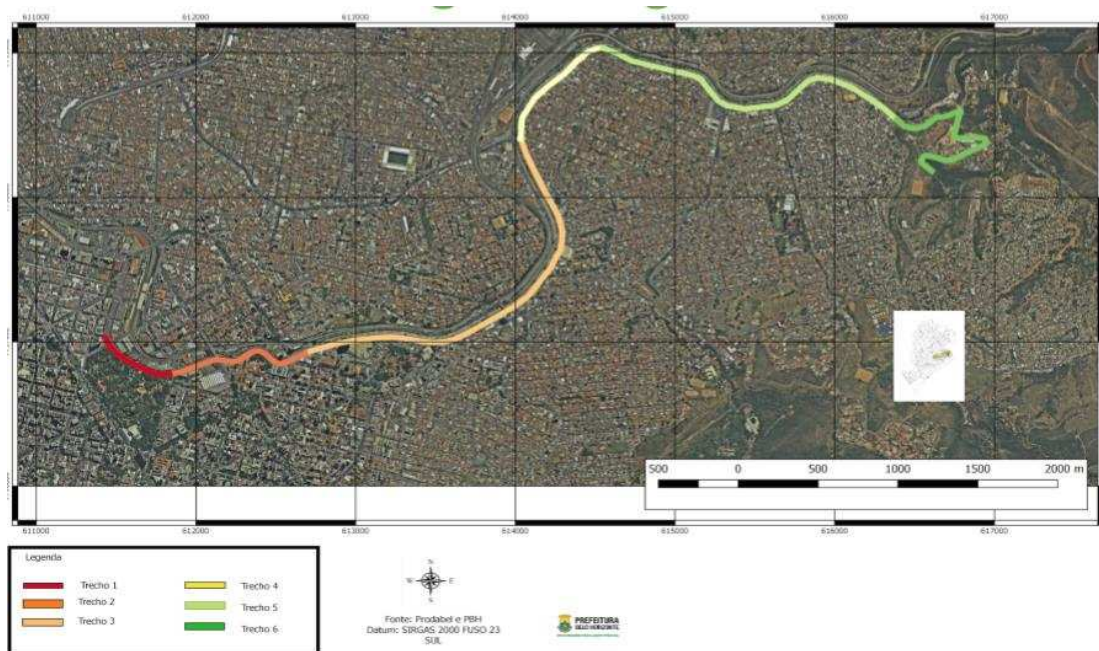


Figura 5: Trechos de intervenção do Corredor Agroecológico. FONTE: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018c.

Buscando dialogar com diferentes questões urbanas, o projeto intenta seguir uma tendência de outras metrópoles mundiais, que é a corresponsabilização da população na decisão de políticas públicas, além de promover a ação integrada entre setores do poder público e diversos segmentos da sociedade civil, entendendo que “as soluções baseadas na natureza farão da cidade um ambiente mais inclusivo, humano, sustentável e resiliente” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018d). De acordo com Maria Caldas, secretária de Política Urbana,

Aumentar as áreas verdes, produzir alimentos no ambiente urbano, criar espaços interessantes ao convívio e levar as pessoas a priorizarem a locomoção ativa são objetivos deste projeto. Todas essas iniciativas corroboram para uma cidade mais vibrante e aprazível (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018d).

Além da SMASAC e da SMPU, participam do planejamento e execução do projeto a BHTrans (Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte); a Coordenadoria Regional Leste; as Fundações municipais de Cultura e de Parques Municipais e Zoobotânica; as secretarias municipais de Saúde, de Meio Ambiente, de Cultura e de Desenvolvimento Econômico; e a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). Junto aos órgãos públicos, somam-se organizações da sociedade civil, como cooperativas de reciclagem, cicloativistas, estudantes, educadores, artistas, agricultores, permacultores, catadores, comitês de bacias hidrográficas, entre outras (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018c).

A idealização de todo o projeto teve início em 2017, e suas ações começaram a ser postas em prática em 2018. Entretanto, com o complicado processo de reformulação, votação e aprovação do novo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 11.181/2019)²⁰, o projeto foi interrompido por tempo, até então, indeterminado. Pelo seu caráter amplo e plural, porém, espera-se que ele possa ser retomado o quanto antes.

²⁰ O novo Plano Diretor de Belo Horizonte tem como um de seus princípios gerais “a garantia do direito a uma cidade sustentável” (BELO HORIZONTE, 2019, art. 2º, inciso II), estando “fundamentado no compromisso de implementação no Município da Nova Agenda Urbana – NAU*” (BELO HORIZONTE, 2019, art. 3º). Apesar de estar em consonância com as propostas do Corredor Agroecológico, a sua votação trouxe embates com alguns atores na cidade, levando à pausa no projeto por tempo, até então, indeterminado.

*A Nova Agenda Urbana é um documento consolidado na terceira conferência das Nações Unidas para a Habitação e Desenvolvimento Sustentável (Habitat III), que aconteceu em Quito, no Equador, em 2016, e é “considerada uma extensão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável [...], visando] preparar o caminho para tornar as cidades e assentamentos urbanos mais inclusivos, garantindo o benefício da urbanização para todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis” (ESTRATÉGIA ODS, 2016).

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento exponencial das cidades as tornou objeto de debates e preocupações internacionais para a garantia da sustentabilidade do planeta. Por esse motivo, o ODS 11, da Agenda 2030, é “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU BRASIL, 2015).

As iniciativas de agricultura urbana agroecológicas, tão abundantes em Belo Horizonte, são uma das formas que a cidade e as suas comunidades têm de buscar alcançar esse objetivo. Com práticas diversas, apoiadas pela Prefeitura, ou de iniciativas comunitárias, as experiências proporcionam uma alternativa de fonte de renda; possibilitam a interação comunitária; geram oportunidade de ocupação a pessoas aposentadas; podendo ser fonte de educação ambiental e nutricional. Além disso, por serem agroecológicas, têm impacto positivo no meio ambiente, muitas vezes recuperando solos e áreas degradados, e tornando as pessoas mais conscientes dos seus impactos e responsabilidades. Dessa forma, demonstrando resultados e possibilidades tão amplas e em diversas áreas, a prática da agricultura urbana agroecológica na cidade tem se mostrado uma aliada para o fortalecimento dos três pilares nos quais se apoia o desenvolvimento sustentável: a busca pelo desenvolvimento econômico, pela equidade e justiça social e pela preservação ambiental.

A manutenção, por tantos anos, de projetos como os propostos pela PBH, passando por diversas gestões, só é possível, pelo envolvimento comunitário. Como aponta o então Gerente da GEFAU²¹, governantes que, hoje, resolvessem retirar de um espaço público uma comunidade que o está utilizando de forma produtiva, terá grande desgaste político. Assim, o envolvimento da comunidade é vital na garantia das políticas públicas, uma vez que é ela quem vai cobrar que as mesmas sejam colocadas em prática.

O interesse pela agroecologia, pelo desenvolvimento sustentável e pela criação de sistemas alimentares mais seguros e sustentáveis, porém, não pode ser apenas de uma cidade ou um estado. Em um país como o Brasil, onde o consumo de agrotóxicos é tão alto, a desigualdade socioeconômica é tão evidente e há a eminente possibilidade de retorno ao mapa da fome, é preciso que o engajamento dos governos, na criação de políticas públicas, e da sociedade civil, no apoio às ações delas derivadas, seja massiva.

²¹ Pouco tempo após a entrevista realizada com a GEFAU, houve troca da gerência, passando do Álvaro Pio Júnior para a Daniela Adil, atual gerente.

A preocupação com o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis e de práticas como a de agricultura urbana agroecológica tem como principal objetivo a garantia de acesso a alimentos de qualidade a mais pessoas. Dessa forma, tem impacto direto na pobreza urbana e em suas consequências, permitindo a diminuição da desigualdade social, garantindo, assim, mais justiça social. Dessa forma, pensar – e agir – para o desenvolvimento sustentável precisa ser dever de todos, na busca por uma sociedade com mais equidade e um planeta mais resiliente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA RMBH. **Workshop: Sistema Participativo de Garantia:** O processo de construção do SPG RMBH. 05 set. 2019. Disponível em:

http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/20190905_A-constru%C3%A7%C3%A3o-do-SPG-RMBH.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

AGROECOLOGIA NA PERIFERIA. **Arquivo**, 2016.

AMAU. **Quem somos**. s/d. Disponível em: <http://amau.org.br/sobre/>. Acesso em: 15 set. 2019.

AMERICAN NUTRITION ASSOCIATION. USDA defines food deserts. **Nutrition Digest**, v. 38, n. 2, 2010. Disponível em:

<http://americannutritionassociation.org/newsletter/usda-defines-food-deserts>. Acesso em 08 set. 2019

AUÊ!. **RUA: Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana**. s/d. Disponível em:

<https://aueufmg.wordpress.com/rua-rede-urbana-de-agroecologia-metropolitana/>. Acesso em: 16 set. 2019.

BARBOSA, M.T. Centro de Vivência Agroecológica: origem, atuação e desdobramentos. In: BARBOSA, M.T. **Educação ambiental popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.19, n. 2, 2012, p.94-110. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614/2535>. Acesso em: 08 set. 2019.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Meio Ambiente. Deliberação Normativa nº 31 de 12 de abril de 2000. [Dá nova redação à Deliberação Normativa 023/99 - COMAM, que dispõe sobre as normas de gestão e funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica -CEVAE / PBH]. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte: Poder Executivo**, Belo Horizonte, ano 6, n. 1136, 4p. 23 mai. 2000.

_____. Conselho Municipal de Meio Ambiente. Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011. [Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências]. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte: Poder Executivo**, Belo Horizonte, ano 17, n. 3909, 3p. 14 set. 2011.

_____. Gabinete do Prefeito. Lei nº 11.181, de 08 de agosto de 2019. [Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências]. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte: Poder Executivo**, Belo Horizonte, ano 25, n. 5832. 09 ago. 2019.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRIGADAS POPULARES. **Objetivos**, 2013. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/objetivos-2/>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945. [Dispõe sobre a organização da vida rural]. Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos, 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del7449.htm. Acesso em: 28 nov. 2019.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. [Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências]. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. [Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências]. Brasília: Casa Civil; 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 08 set. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. **O curto caminho de volta ao Mapa da Fome**. 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Acesso em: 08 set. 2019.

CAMARGO, C. Ocupação Izidora, um caso emblemático de resistência em Belo Horizonte. **Fundo Brasil**, 26 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.fundobrasil.org.br/ocupacao-izidora-um-caso-de-resistencia-em-belo-horizonte/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CTSANS/ CONSEA-MG. Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável/ Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável: participação cidadã**. Governo do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://agrario.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/ctsan-plano-estadual.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

DE OLIVEIRA, C. No Brasil, um continente de monoculturas banhado em agrotóxicos. **Rede Brasil Atual**, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2017/11/no-brasil-um-continente-de-monocultura-banhada-em-agrotoxicos/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ESTRATÉGIA ODS. **A nova agenda urbana e o papel das cidades na Agenda 2030**. 26 out. 2016. Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/nova-agenda-urbana-e-o-papel-das-cidades-na-agenda-2030/>. Acesso em: 16 set. 2019.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Growing greener cities in Latin America and the Caribbean: an FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region**. Roma, 2014a.

_____. **FAO and the 17 Sustainable Development Goals**. Roma, 2015.

_____. **About us**. 2019a. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **How we work**. 2019b. Disponível em: <http://www.fao.org/about/how-we-work/en/>. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. 2019c. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/resumen/pt/>. Acesso em 08 set. 2019.

FEIL, A.A. SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2017. p.667-681. doi: 10.1590/1679-395157473

GEFAU PBH. **Hortas Comunitárias PBH**. 2019.

GRIGORI, P. Agência Pública/Repórter Brasil. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? **Revista Galileu**, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

HLPE. High Level Panel of Experts. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems: a report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security.** Roma, 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **População Rural e Urbana.** 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Belo Horizonte.** 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 08 set. 2019.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Sistemas alimentares saudáveis na América Latina e Caribe.** 2018. Disponível em: <https://idec.org.br/sistemasalimentares>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. Consea permanece extinto após manutenção do veto de Bolsonaro. **Notícias,** 26 set. 2019 (atualizado em 17 dez. 2019). Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>. Acesso em: 17 mar. 2020.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Agrotóxico.** 16 set. 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>. Acesso em: 30 dez. 2019.

INSTITUTO DE DESARROLLO E MEDIO AMBIENTE. **Breve resumen metodología "campesino a campesino" para la promoción de la agricultura sostenible.** V Encuentro Nacional de Productores Ecológicos del Perú. Universidad Nacional Agraria La Molina. Lima, 2000. Disponível em: <http://idmaperu.org/web/wp-content/uploads/2014/04/campesino.pdf>. Acesso em 14 set. 2019.

LEGNAIOLI, S. O que é agroecologia. **eCycle.** 2019. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/6493-agroecologia.html>. Acesso em: 11 dez. 2019.

LORENCETI, J. Desertos Alimentares: você sabe o que são? Conheça também os pântanos e oásis alimentares! **Academia da Energié,** 2019. Disponível em: <https://academia.energienutricao.com.br/blog/desertos-alimentares-voce-sabe-o-que-sao-conheca-tambem-os-pantanos-e-oasis-alimentares>. Acesso em 08 set. 2019.

MACHADO, R. L, A. O que é o Consea? **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.** Presidência da República. 29 mai. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** s/d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 30 set. 2019.

MOREIRA, M. Número de agrotóxicos liberados no Brasil em 2019 é o maior dos últimos 14 anos. **Folha de São Paulo**, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/numero-de-agrotoxicos-liberados-no-brasil-em-2019-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2019.

MORGAN, K. Nourishing the city: the rise of the urban food question in the Global North. **Urban Studies**, vol. 52, n. 8, 2015, p. 1379-1394.

MOUGEOT, L.J.A. Urban Agriculture: concept and definition. **Urban Agriculture Magazine**, n.1, 2000.

ONU BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. s/d. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. **ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **O que é a Agenda 2030?** 11 mai. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j8L1CcanjT8>. Acesso em: 04 set. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World urbanization prospects 2018: highlights**. Nova Iorque, 2019.

OPAS. **Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição**. Brasília, DF: OPAS/OMS, 2017.

ORGANICSNET. Entenda mais sobre o Sistema de Certificação Participativa. **Notícias**, 20 set. 2016. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2016/09/entenda-mais-sobre-o-sistema-de-certificacao-participativa/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. BH em Pauta: Quintal comunitário beneficia belo-horizontinos. **Notícias**, Belo Horizonte, 06 jul. 2017. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-quintal-comunitario-beneficia-belo-horizontinos>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. Banco de Alimentos comemora 15 anos com a distribuição de mudas. **Notícias**, 05 nov. 2018a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/banco-de-alimentos-comemora-15-anos-com-distribuicao-de-mudas>. Acesso em 27 jun. 2018.

_____. **Adote o Verde**. 2018b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/adote-o-verde>. Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Corredor agroecológico revitaliza margens do Arrudas. **Notícias**, 26 jul. 2018c. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/corredor-agroecologico-revitaliza-margens-do-arrudas>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Trilha da Agroecologia**. 13 mai. 2019a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/gastronomia-e-qualificacao-profissional/trilha-agroecologica>. Acesso em: 27 jun. 2019.

_____. **Educação Ambiental**, 20 set. 2019b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/educacao-ambiental>. Acesso em: 23 set. 2019.

QUIRINO, F. Veto de Bolsonaro à recriação do Consea reafirma que a alimentação saudável não é prioridade para governo. **FIAN Brasil**, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/veto-de-bolsonaro-a-recriacao-do-consea-reafirma-que-alimentacao-saudavel-nao-e-prioridade-para-governo/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

REDE. **REDE 30 anos**. (Agenda). 2016.

ROCHA, M.G.; TÂNGARI, J.M.; XAVIER, F.T. (coord.). **Isto não é (apenas) um livro de receitas: é um jeito de mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

RUAF FOUNDTION. **Urban Agriculture: what and why?** s/d. Disponível em: <https://www.ruaf.org/urban-agriculture-what-and-why>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SARTORI, S. LATRÔNICO, F. CAMPOS, L.M.S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2014.

SIQUEIRA, P.Z.R, et al. Ajuste da Metodologia “Campesino a Campesino” em Sergipe, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, nov. 2014. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1000982/1/AjustedametodologiacampeinoacampeinoemSergipe.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

STEEL, C. **Hungry cities: how food shapes our lives**. Londres: Vintage Publishing, 2013.

TORNAGHI, C.; HOEKSTRA, F. Editorial. **Urban Agriculture Magazine**, n. 33, nov. 2017. Disponível em: https://www.ruaf.org/sites/default/files/RUAF-UAM%2033_WEB_3-4.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

ULGIATI, S. ZUCARO, A. Challenges in urban metabolism: sustainability and well-being in cities. **Frontiers of Sustainable Cities**, v. 1, n. 1, 2019. doi: 103389/frsc.2019.00001.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our common future**. Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

ZAREMBA, J.; WATANABE, P. 30% dos ingredientes dos agrotóxicos liberados nesse ano são barrados na EU. **Folha de São Paulo**, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/30-dos-ingredientes-de-agrotoxicos-liberados-neste-ano-sao-barrados-na-ue.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2019.

3 [ARTIGO II] AGRICULTURA URBANA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM BELO HORIZONTE, MG: ESTUDOS DE CASO

RESUMO Agricultura e cidade são dois conceitos que nasceram juntos. Os estudos sobre a produção de alimentos na cidade e os impactos que isso pode ter na relação das pessoas com os espaços, porém, são recentes e ainda em pequeno número. Assim, este artigo apresenta um debate teórico e estudos de caso desenvolvidos em Belo Horizonte, MG, com o objetivo de identificar a possível relação entre agricultura urbana e apropriação da cidade. Para isso, foram escolhidas 3 hortas comunitárias, desenvolvidas em espaços públicos, para visita e conversa com seus principais agentes, a fim de se identificar suas similaridades e diferenças e a forma de interação com a comunidade que possibilitam. Conclui-se que, ainda que diferentes, as experiências têm sido positivas para a vivência dos espaços públicos, destacando-se a importância desse tipo de discussão nas áreas do urbanismo e do planejamento urbano.

Palavras-chave: Hortas urbanas; espaço público; coletivos urbanos; apropriação da cidade; urbanismo colaborativo.

ABSTRACT Agriculture and city are two concepts that were born together. Studies on food production in the city and the impacts this may have on people's relationships with spaces, however, are recent and still in small numbers. Thus, this article presents a theoretical debate and case studies developed in Belo Horizonte, MG, aiming to identify the possible relationship between urban agriculture and city appropriation. For this, 3 community gardens developed in public space were chosen for visitation and conversation with their main agents, in order to identify their similarities and differences and the form of interaction with the community that they enable. It is concluded that, although different, the practices have been positive for the experience of public spaces, highlighting the importance of this type of discussion in the areas of urbanism and urban planning.

Keywords: Urban gardens; public place; urban collectives; city appropriation; collaborative urbanism.

3.1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos em áreas urbanas é tão antiga quanto as próprias cidades. Existe, porém, uma lacuna entre as práticas e as discussões sobre o tema nos espaços acadêmicos e políticos (ALMEIDA, 2016).

Entendida como a produção, transformação e troca de alimentos e outros produtos agrícolas em áreas urbanas, a agricultura urbana e periurbana tem sido percebida como uma forte aliada no combate à fome, desnutrição e pobreza; no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e da resiliência dos sistemas alimentares urbanos; na geração de emprego e renda, dentre muitas outras áreas (FAO, 2017; RUAF FOUNDATION, 2019c). As pesquisas sobre a temática na área do urbanismo e do planejamento urbano, entretanto, ainda são em pequeno número. Como

aponta Morgan (2014), das questões essenciais à vida humana – água, ar, abrigo -, a alimentação é a única que tem sido sistematicamente omitida dos estudos urbanos: uma “omissão intrigante” (puzzling omission), segundo a Associação Americana de Planejamento (APA, 2007²² apud MORGAN, 2014, p.1380).

Dentro desse contexto, partindo-se da realidade das cidades contemporâneas, muitas vezes pensadas de forma genérica, sem foco nas pessoas que as habitam, e da consequente dificuldade em apropriá-las, este estudo buscou compreender a relação entre a agricultura urbana, feita de forma coletiva, e a apropriação do espaço público, aqui entendida como sinônimo de “lugarização” (TUAN, 1977/2013; RELPH, 1976). Para isso, foram realizados estudos de caso em três experiências na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar se as ações coletivas de agricultura urbana favorecem e proporcionam a apropriação dos espaços, e como esse processo se dá.

A escolha da cidade foi feita pela sua relevância nacional e internacional no debate sobre a agricultura urbana agroecológica, já tendo feito parte de alguns estudos coordenados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) e pela Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security Foundation (RUAF Foundation) sobre o tema. Da mesma forma, a escolha dos espaços, em Belo Horizonte, para a realização dos estudos de caso, foi feita de forma a se ter diferentes tipos de experiências, todas em espaços públicos, com públicos e propostas diferentes, permitindo uma leitura mais ampla da realidade.

Os estudos de caso foram realizados a partir do contato, visita ao espaço e entrevista com os responsáveis e agentes mais atuantes em cada uma das experiências; além da coleta de informações disponibilizadas em suas redes sociais e outras mídias digitais, como entrevistas e vídeos sobre cada uma delas. A análise dos dados obtidos foi feita de forma a identificar semelhanças e diferenças entre as experiências, além de suas potencialidades e dificuldades, buscando compreender a sua relevância nos processos de apropriação dos espaços.

Este artigo é organizado em outras cinco seções. A primeira delas traz a fundamentação teórica na qual se baseia, discutindo os problemas de apropriação nas

²² APA. American Planning Association. **Policy Guide on Community and Regional Food Planning**. Chicago, IL, 2007.

idades contemporâneas, a agricultura urbana dentro desse contexto, exemplificando o debate com recentes estudos similares. Em seguida, expõem-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo. A seção seguinte apresenta cada uma das experiências dos estudos de caso, mostrando a sua história, realidade presente, dificuldades e projetos para o futuro. Segue-se com a discussão dos dados coletados, feita de forma individual e comparativa. Por fim, são feitas as considerações finais, indicando a importância da realização de estudos como este para o crescimento do debate da agricultura urbana dentro da academia, especialmente, na área do urbanismo e do planejamento urbano.

3.2 AGRICULTURA URBANA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O planejamento das cidades brasileiras contemporâneas designa a forma como cada espaço deve ser utilizado. As leis de uso e ocupação do solo, geridas pelos planos diretores – quando existem -, indicam as áreas de morar, de trabalhar, de produzir e de crescimento da própria cidade. Os espaços para lazer e descanso ocupam pequenas porções de área pública, como parques e praças, ou se fecham em condomínios e clubes privados, shopping centers e dentro dos próprios lares.

Entretanto, a cidade não é estática. Como organismo vivo, ela se adapta, se remodela. As pessoas, que são a cidade, dentro de seus desejos e necessidades, ressignificam espaços, transformam lugares, ocupam avenidas, modificam os usos. Aos seus aspectos morfológicos, se somam os culturais e socioeconômicos na construção da forma e da ocupação dos espaços.

[... A] forma do ambiente urbano se encontra necessariamente relacionada às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções. Estes, por sua vez, independente das relações que estabeleceram na ocasião da definição e construção do ambiente urbano, se manifestam novamente, de maneira semelhante ou não, quando da **apropriação do lugar**. Deste modo, afetas às apropriações encontram-se as possibilidades de uso indicadas diretamente pelo ambiente urbano construído, mas também, as **possibilidades intuídas a partir dele, adaptadas às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente** (MENDONÇA, 2007, p. 297, marcações nossas).

Assim, a apropriação do espaço na cidade está diretamente ligada às relações que se constroem no e com o espaço, e não apenas à sua forma ou ao uso previamente destinado a ele. Jacobs (1961/2011) afirma que não é a presença de espaços com usos definidos ou esperados, como parques e praças, que garantem a sua apropriação, mas

o desejo e identificação das pessoas com os espaços que os tornam ocupados, apropriados e vivos.

Segundo Limonad e Randolph (2002), no mundo contemporâneo existem duas tendências aparentemente paradoxais: de um lado há o “avanço da urbanização no mundo inteiro” (p. 9). Hoje, mais da metade da população mundial se encontra em zonas urbanas, e espera-se que esse número chegue a 68% em 2050 (FAO, 2018). Do outro lado, porém, assiste-se ao “desaparecimento da cidade como forma territorial de organização social” (LIMONAD; RANDOLPH, 2002, p. 9), sendo, segundo os autores, três macroprocessos os principais responsáveis por esse fenômeno: a globalização, a informacionalização e a difusão urbana generalizada.

Esses processos, consequências dos planos urbanos modernistas e da Revolução Técnico-Científico Informacional de meados do século XX, modificaram e ainda influenciam a forma como as pessoas se relacionam com a cidade. Planejamentos pouco voltados para pessoas e para a realidade de cada lugar dificultam os processos de apropriação das cidades que, muitas vezes, são pensadas de forma genérica para se cumprirem as exigências de uma cidade global.

Esse termo – cidade global -, que em seu princípio, na década de 1970, designava uma especificidade histórica de algumas metrópoles de países desenvolvidos, passou, a partir da década de 1990,

a se constituir em atributo a partir do qual se poderia designar como “global” determinadas cidades. Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “nó” ou “ponto nodal” entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais; cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais; quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada (CARVALHO, 2000, p.72).

Como forma de questionar e chamar atenção a esses fenômenos, alguns movimentos e grupos buscam se apropriar dos espaços na cidade de formas alternativas, contrariando o planejamento e a destinação previamente idealizada para os mesmos. Entretanto,

É importante salientar que as apropriações, mesmo quando intuídas e adaptadas não implicam, necessariamente, em inadequação ou indícios de marginalidade. Podem, ao contrário, indicar criatividade, capacidade de melhor aproveitamento das infra-estruturas públicas e fornecer subsídios que alimentem o projeto e a construção futura

de ambientes desta natureza. Santos e Vogel (1985)²³ atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. Aponta-se aqui, então, para um especial significado no âmbito da apropriação do espaço público, como **fator propício à ampliação da compreensão dos desejos e das necessidades da população e respectivo vínculo ao ambiente urbano** (MENDONÇA, 2007, p. 297, marcações nossas).

O termo “apropriação” pode assumir significados diferentes, de acordo com o contexto em que está sendo utilizado. Neste artigo, a expressão “apropriação do espaço” é utilizada como sinônimo de lugarização, quando, como apontam Tuan (1977/2013) e Relph (1975), as pessoas conferem significado ao espaço, e ele se torna um lugar. Essa significação pode ser feita de diversas maneiras – pelo patriotismo, pelo tempo dispendido no espaço, pela tradição familiar, pelas trocas comunitárias -, e é essencial para a manutenção e preservação dos espaços urbanos.

Uma das formas em crescimento, em todo o mundo, de criação de vínculo com o ambiente urbano, tem sido através da produção coletiva de alimentos em áreas remanescentes ou desocupadas das cidades: a agricultura urbana e periurbana (AUP).

A prática de agricultura urbana não é recente, uma vez que a própria formação das cidades está atrelada ao desenvolvimento da agricultura, que possibilitou que a humanidade se deixasse de ser nômade, surgindo, assim, as primeiras vilas e, futuramente, cidades. Com o avanço das tecnologias, especialmente após as Revoluções Industriais, nos séculos XVIII e XIX, a produção dos alimentos que abasteciam as cidades foram se tornando cada vez mais distante dos seus consumidores (STEEL, 2013), ocupando as áreas rurais.

Ganhando relevância em períodos de crise, a agricultura urbana teve importante papel durante as Guerras Mundiais, quando a produção de alimentos em áreas urbanas era incentivada pelos governos – nos Estados Unidos e na Inglaterra, principalmente – como uma forma de contornar a

escassez e o racionamento de alimentos resultantes do comprometimento das importações de alimentos para alimentar a população; a necessidade de aumentar a disponibilidade de alimentos (no caso dos países aliados); e a exportação de alimentos para as tropas em guerra (no caso dos Estados Unidos da América - EUA) (ALMEIDA, 2016, p. 53).

²³ SANTOS, C. N. F. (coordenador) e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

O tema da agricultura urbana, porém, só ganha reconhecimento na agenda internacional, segundo Almeida (2016, p.57), na década de 1990, a partir da “incorporação dessa temática em iniciativas de agências de cooperação e organizações internacionais para o desenvolvimento”, se articulando com os debates sobre desenvolvimento sustentável “e sobre a gestão ambiental das cidades tanto na comunidade científica como na sociedade em geral”.

Com conceitos e práticas multidimensionais, a agricultura urbana é uma forma de aproximar a população, especialmente de baixa renda, da possibilidade de se alimentar melhor. Uma vez que “grande parte das pessoas envolvidas com a agricultura urbana são os pobres urbanos” (RUAF FOUNDATION, 2019c, tradução da autora), o consumo de alimentos frescos e mais saudáveis, garante maior segurança alimentar e nutricional a essas pessoas.

Entretanto, o presente estudo investigou outros aspectos e possibilidades da agricultura urbana, buscando identificar aqueles relacionados à apropriação dos espaços urbanos a partir dessas práticas.

De acordo com Gustavo Nagib (MOMENTO CIDADE, 2019) existem dois tipos de agricultura urbana:

Existe a agricultura que é voltada para a produção, geração de renda, abastecimento e a agricultura que é voltada para a socialização, a pedagogia, no sentido da sensibilização da educação ambiental na cidade, da reocupação dos espaços públicos da cidade [...].

Esse aspecto mais social, cultural e urbanístico da agricultura urbana pode ser visto em experiências como a apresentada por Cumbers et al. (2018, p.134, tradução da autora), que se valem do “exemplo do crescente movimento de hortas comunitárias de Glasgow [, no Reino Unido,] para refletir criticamente sobre as possibilidades progressivas inerentes ao trabalho que acontece nas hortas comunitárias”. Explorando os diferentes tipos “de atividades que ocorrem nas hortas e seu potencial para promover novas formas de trabalho e experiências vivas ligadas ao valor social e de uso, em vez de valor de troca”, os autores argumentam que

as hortas comunitárias de Glasgow criam novas formas de relações sociais em torno do trabalho com alimentos, que levam a importantes formas de empoderamento social para os indivíduos e, ao mesmo tempo, ajudam a revitalizar as comunidades em algumas das áreas mais carentes da cidade (CUMBERS et al., 2018, p.134, tradução da autora).

Os autores reconhecem as críticas feitas a esse tipo de experiência, que apontam os aspectos exploratórios possíveis em propostas como as que foram estudadas, se utilizando de mão de obra voluntária,

que regenera os locais abandonados, avança de maneira eficaz e involuntária os interesses da agenda de desenvolvimento privado na preparação de lugares de regeneração, gentrificação e novas rodadas de acumulação onde o valor de troca supera a necessidade social (Lefebvre, 1991)²⁴ e valor de uso (CUMBERS et al., 2018, p.135, tradução da autora).

Entretanto, concluem que as hortas comunitárias têm importantes contribuições na reconstrução dos bairros e comunidades urbanos. Primeiramente, as experiências proporcionaram a recuperação de espaços vazios e abandonados da cidade, que estariam destinados à especulação imobiliária, para uso social, público e comunitário. Assim, elas ativamente transformam as relações de trabalho urbano, criando formas mais coletivas e solidárias, contrárias à lógica exploratória e alienadora, característica do capitalismo. Mais especificamente, as descobertas dos autores indicam que

as hortas comunitárias promovem novas formas coletivas e igualitárias de trabalhar com alimentos que também melhoram o conhecimento das pessoas e as suas habilidades alimentares diárias. Elas oferecem um vislumbre tentador de uma forma alternativa de trabalhar e viver em torno da comida e do meio ambiente, que pode contribuir para uma economia urbana mais sustentável, bem como para uma sociedade mais engajada (Morgan, 2015²⁵). [...] Por fim, o seu “throwntogetherness” [“sentido de união”] (Massey, 2005²⁶) fornece um sentido exterior e relacional de comunidade, em vez de um sentido de lugar paroquial e excludente que leva ao empoderamento social e individual entre grupos desfavorecidos e economicamente marginalizados (CUMBERS et al., 2018, p.146-147, tradução da autora).

No Brasil, Mello (2019) apresenta as experiências vivenciadas no Rio de Janeiro. Segundo a autora, o estado possui dois tipos de agricultura urbana. A primeira é mais tradicional, geralmente em áreas periurbanas, para geração de renda e subsistência, como as dos quintais quilombolas. Esse tipo de agricultura urbana tem como características “a prática por mulheres (da população pobre e periférica); a produção, majoritariamente, orgânica e de alimentos e medicinais” (MELLO, 2019, p. 9).

²⁴ LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. London: Wiley-Blackwell, 1991.

²⁵ MORGAN, K. Nourishing the city: the rise of the urban food question in the global north. **Urban Studies** n. 52, v.8, p. 1379–94, 2015.

²⁶ MASSEY, D. **For Space**. London: SAGE, 2005.

Uma outra vertente, de iniciativa dos coletivos urbanos, são

práticas sociais de apropriação do espaço (público) urbano, um fenômeno mais recente que possui como característica a ocupação de vazios urbanos, áreas públicas ou privadas intra-urbanas, em geral. A busca por uma lógica alternativa de vivenciar as cidades e seus espaços públicos, a preocupação com o meio ambiente e com uma alimentação saudável são algumas das motivações da prática. A AU como prática sócio-espacial coletiva de (re)apropriação do espaço urbano vai ao encontro de muitas outras experiências contemporâneas de intervenções temporárias do espaço [...] (MELLO, 2019, p. 9).

Para exemplificar, a autora cita a horta comunitária do bairro Ecologia, em Seropédica, cidade do estado do Rio de Janeiro. De iniciativa de um morador do bairro e de um professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), próxima ao local, a horta mobilizou alguns vizinhos do entorno, tendo, inicialmente, o apoio da Universidade para a preparação do terreno, e, posteriormente, o suporte da Associação dos Moradores do Bairro Ecologia. Segundo a autora,

A horta causou um impacto social significativo na região, pois despertou o interesse dos moradores em ocupar outros vazios urbanos, em cuidar de vias e em criar um grupo de paisagismo do bairro, entre outras ideias. Os participantes, inclusive as crianças, passam por processos de conscientização ambiental. Ressalta-se que os participantes são pessoas de todas as idades e classes sociais (MELLO, 2019, p.10).

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, é hoje uma das referências em agricultura urbana no país. Tendo seu território 100% em área urbana, a cidade foi escolhida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO para compor o seu relatório sobre agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe, documento que

revisa os progressos realizados no desenvolvimento urbano em que a agricultura é reconhecida pelas políticas públicas, incluídas nas estratégias de desenvolvimento urbano e planejamento do uso do solo, apoiadas pela pesquisa e extensão agrícolas e ligadas a fontes de inovação tecnológica, investimento e crédito, e aos mercados e consumidores urbanos (FAO, 2015, tradução da autora).

Sede do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em 2018, a cidade que foi planejada para ser uma Cidade Jardim, hoje tem o objetivo de ser tornar cidade referência em agroecologia. Para isso, a Prefeitura, através de sua Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, juntamente a ONGs e grupos autônomos,

promovem e incentivam programas e ações de agroecologia que alcançam as nove regionais da cidade, além de sua região metropolitana.

Dentro desse contexto, foi na cidade de Belo Horizonte que foram escolhidas as experiências para a realização dos estudos de caso apresentados neste artigo, que busca identificar as relações entre a agricultura urbana – agroecológica – e a apropriação dos espaços na cidade.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento dos estudos de caso, que têm como objetivo identificar e observar iniciativas de agricultura urbana que promovam a apropriação do espaço na cidade, primeiramente foi feito um levantamento dessas iniciativas.

A Prefeitura de Belo Horizonte, através de sua Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), disponibilizou um documento com uma lista de 48 hortas comunitárias apoiadas pelo Programa Sistemas Agroecológicos da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN). Essa lista apresenta o endereço das hortas, os responsáveis técnicos da Prefeitura por cada uma delas, área ocupada, quantos são os beneficiários indiretos das iniciativas, seu nível de interesse, contatos e a Regional a qual pertencem.

Juntamente a esse documento foi feita a análise de dados sobre Belo Horizonte contidos no Compêndio de Estudos de Casos (FAO, 2014b) realizados para o desenvolvimento do Relatório da FAO sobre agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe (FAO, 2014a). Segundo esse documento, que traz informações sobre 13 cidades da América do Sul, e cujas informações sobre Belo Horizonte foram organizadas por Zoraya B. Souza e Caio V. Vasconcelos, da então Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional da PBH, Belo Horizonte possuía, em 2014, 185 hortas participantes do Programa Hortas Escolares e Comunitárias. Dessas, 131 estavam em escolas; 21 em lares, abrigos ou asilos; 14 em centros de saúde ou assistência social; 15 em outros equipamentos públicos e 4 tinham maior expressão produtiva e de área: a Horta Comunitária do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP) da Gameleira, que utilizava mão de obra voluntária dos detentos; a Horta Comunitária Vila Pinho, na região do Barreiro, a mais antiga de Belo Horizonte, com mais de 20 anos de existência; o Jardim Produtivo, também no Barreiro; e o Grupo Macaúbas, nome dado à época à horta do CEVAE Capitão Eduardo, na região Nordeste.

Essas três últimas hortas aparecem no documento disponibilizado pela GEFAU como as hortas comunitárias de áreas bastante extensas. Além disso, elas foram as hortas que participaram do Programa From Seed to Table – FStT (Da Semente à Mesa) da RUAF Foundation. A RUAF é uma “parceria global sobre Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis” (RUAF FOUNDATION, 2019a, tradução da autora). O Programa FStT aconteceu entre fevereiro de 2009 e junho de 2011 em 20 cidades ao redor do mundo, tendo Belo Horizonte sido escolhida por “ter participado, de 2005 a 2008, do diagnóstico e planejamento participativo de políticas locais de AU, pelo Programa Cidades Cultivando o Futuro (Cities Farming the Future - CFF), promovido globalmente pela mesma instituição” (LOVO et al, 2015, p.83).

Da Semente à Mesa (FStT) foi um grande programa de três anos destinado a incentivar grupos de produtores urbanos a inovar em seus sistemas de produção locais, a participar de atividades de agregação de valor e estabelecer canais de marketing inovadores em 18 grandes cidades e melhorar as capacidades das ONGs para apoiá-los efetivamente em tais atividades. O programa FStT também facilitou a formulação de políticas locais e o financiamento inovador em apoio à agricultura urbana comercial de pequena escala. O FStT foi coordenado pela Fundação RUAF e implementado por 7 parceiros da rede RUAF em cooperação com o governo local, ONGs e universidades (RUAF FOUNDATION, 2019b, tradução da autora).

Dessa forma, entendendo a relevância dessas três iniciativas de agricultura urbana na cidade de Belo Horizonte, elas foram inicialmente escolhidas para a realização das primeiras visitas.

Depois de escolhidas as hortas, foi feito contato e agendada visitas aos três lugares. O primeiro visitado foi o CEVAE Capitão Eduardo, onde, primeiramente, foi realizada conversa com o administrador local, que compartilhou a história do lugar e como as atividades são desenvolvidas hoje. A segunda visita teve como objetivo conhecer os agricultores, tendo as questões da entrevista semiestruturada (Tabela 1) como guia para as conversas.

Tabela 1: Guia para entrevistas semiestruturadas

1	Há quanto tempo você participa ativamente da horta?
2	Qual atividade você realiza na horta?
3	O que te levou a querer participar?
4	O que te motiva a continuar participando?

5	O que te desestimularia à continuidade do trabalho?
6	Quais as dificuldades que você encontra para a realização das atividades na horta?
7	O que mudou – na sua vida, nas suas relações com as pessoas e o espaço, na sua saúde – depois que você começou a participar da horta?
8	Alguma coisa mudou na rua/bairro/região depois da implementação da horta?
9	Descreva e/ou desenhe como era essa área antes e como ela está depois da implementação da horta.

Em seguida foi feita visita à Horta Comunitária Vila Pinho. Nessa visita conversou-se com o presidente da associação da Horta, com o mesmo objetivo de compreender a história e o seu funcionamento atual, e marcar uma nova visita para conversar com os produtores. Lá não foi permitido que se fizessem registros fotográficos do espaço. Para isso, seria necessária autorização da Prefeitura, uma vez que o terreno onde ela se encontra é da PBH e a associação entende que a Prefeitura é a gestora do espaço. Foi informado que a PBH estava ciente da visita, uma vez que a GEFAU havia passado os contatos das iniciativas. Ainda assim, as fotografias não foram permitidas. Além disso, para se conversar com os outros agricultores o presidente da associação disse que seria preciso marcar uma reunião com todos eles, o que exigiria tempo e disponibilidade de todos para tal. Assim, foi deixado contato para que ele avisasse sobre a disponibilidade para as conversas com os demais produtores, mas não houve retorno.

Por fim, fez-se uma rápida visita ao Jardim Produtivo. Não tendo conseguido marcar um horário com a responsável pela horta, decidiu-se ir até o local em seu horário de funcionamento, esperando-se que alguns produtores estivessem lá e pudessem disponibilizar de algum tempo para a realização das entrevistas. Entretanto, apenas um produtor estava na horta, e logo precisou ir embora.

Durante essa primeira fase da pesquisa de campo e em contato com outros órgãos e entidades relacionados à agricultura urbana em Belo Horizonte, dois outros espaços surgiram como potenciais ao desenvolvimento deste estudo: o Quintal do São Antônio, do coletivo Hortelões da Lagoinha, no bairro da Lagoinha, região Noroeste de Belo Horizonte; e o Escadão Agroecológico do Esplanada, no bairro Esplanada, na região Leste.

Foi feito contato com os responsáveis por esses dois locais e agendadas visitas numa segunda fase do trabalho de campo. Experiências mais recentes, as entrevistas com os agentes mais atuantes em cada uma delas teve o objetivo de conhecer a história

por trás da ideia e a motivação para a sua criação; além de identificar as dificuldades para o desenvolvimento do trabalho e os projetos que têm para o futuro.

Dessa forma, após as visitas às cinco experiências, decidiu-se por ter como objetos ao desenvolvimento dos estudos de caso a Horta Comunitária Vila Pinho, o Quintal do São Antônio e o Escadão Agroecológico do Esplanada. As escolhas foram feitas levando-se em consideração que as três hortas, apesar de coletivas e comunitárias, têm características bastante diferentes, o que enriqueceria o desenvolvimento dos estudos. A Horta Comunitária Vila Pinho, apesar dos percalços e dificuldades para que o estudo fosse desenvolvido de forma mais aprofundada, foi mantida devido à sua relevância histórica e o fato de ter-se conseguido uma entrevista extensa e detalhada com o presidente de sua associação. Além disso, conversas informais com outros produtores no dia dessa visita, enquanto o espaço era apresentado, e materiais de segunda mão encontrados em pesquisa na internet, foram considerados suficientes para mantê-lo enquanto espaço a ser analisado.

Além das visitas e entrevistas realizadas em cada uma das três experiências escolhidas para a realização dos estudos de casos, também foram levantadas reportagens, entrevistas em jornais locais, artigos e publicações nas redes sociais das experiências que pudessem contribuir para a construção da história e entendimento da atuação de cada uma delas em suas comunidades.

A análise dos dados coletados direta ou indiretamente foi feita de forma a identificar as características de similaridades e diferenças entre as experiências, a forma como a comunidade interage com cada uma delas e o tipo de relação que proporcionam com o espaço onde se localizam, buscando verificar se possibilitam, ou ainda, se são geradoras do sentimento de pertencimento e conseqüente apropriação do espaço.

3.4 OS ESTUDOS DE CASO

3.4.1 HORTA COMUNITÁRIA VILA PINHO

A Horta Comunitária Vila Pinho, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte, é a horta comunitária mais antiga da cidade. Iniciada no fim da década de 1990, surgiu como uma proposta de um delegado da Polícia Civil, da região, para dar uso ao terreno baldio que era utilizado para descarte de lixo e também para ações criminosas. Ela ocupa um terreno público, pertencente à Prefeitura de Belo Horizonte, de cerca de 10 mil metros quadrados (Figura 6).



Figura 6: Vista da Horta Comunitária Vila Pinho, em direção à Estação Diamante, Belo Horizonte.
FONTE: Google Earth, 2002/2019.

Juntamente com a PBH, a Fundação do Banco do Brasil financiou o início da experiência. Os recursos, foram utilizados para

cercamento da área, canalização da água e instalação da energia, construção de um poço semiartesiano, construção de infraestrutura (depósito para armazenamento, instalações sanitárias, local para lavagem das hortaliças e ferramentas), sistema de irrigação, aquisição de ferramentas e insumos, preparo do terreno, construção de estufa, plantio das áreas, aquisição de mudas e monitoramento das atividades (VASCONCELOS, 2016, p. 25).

Atualmente, a iniciativa já é mais autônoma, tendo esporadicamente o auxílio técnico da PBH e dos técnicos da EMATER. Além disso, ainda é a Prefeitura quem fornece a água e energia ao local.

Inicialmente, a horta tinha como proposta servir de espaço para abrigar as crianças no contra turno da escola, e para o desenvolvimento de educação para a segurança alimentar, incentivando o consumo dos alimentos que ali seriam plantados. Hoje, porém, tem a comercialização como objetivo, já que há pouco interesse dos jovens nas práticas de agricultura, segundo o presidente da associação.

A horta conta, atualmente, com 14 agricultores, de faixa etária a partir dos 50 anos, sendo a maioria com alguma vivência prévia com hortas, plantações, ou na zona rural, e que se organizam (ainda informalmente) em uma associação sem fins lucrativos. A formalização da associação estava, no período do contato e entrevista (maio de 2019), dependendo da obtenção de um CNPJ para o local que, por acontecer em terreno da Prefeitura, encontra percalços burocráticos para o seu registro. Apesar disso, há um estatuto e uma diretoria, distribuição de funções e responsabilidades, e reuniões periódicas para a manutenção e gestão do espaço (VASCONCELOS, 2016).

O estatuto da associação traça as diretrizes para a seleção e manutenção dos agricultores, além das regras que eles devem seguir. Quem busca a oportunidade de utilizar o espaço para produção, depende, primeiramente, da existência de canteiros vagos (o mesmo vale para quem quer ampliar a sua área produtiva). Havendo espaço, a pessoa passa por um período de experiência de 3 meses, para que se constate se ela tem afinidade com o trabalho e o grupo já existente, e cumpre as regras do estatuto. É preciso que se mantenha o canteiro limpo e produtivo, sendo que 50% da produção deve ser de hortaliças folhosas, para o atendimento das demandas externas da horta. Não é permitido o uso de nenhum tipo de agrotóxico ou aditivos químicos, sendo o cultivo feito de maneira agroecológica. Além disso, os associados pagam uma mensalidade de 15 reais para a manutenção de um fundo de caixa para eventuais emergências ou compras coletivas.

O terreno é dividido em canteiros que são distribuídos entre os agricultores. Cada um é responsável por seu espaço, e não é permitido que se interfira nos canteiros alheios, a menos que se tenha autorização do próprio responsável. Cada um deve cultivar e colher o que planta, e tem a liberdade de escolher o destino da produção, sendo que, ocasionalmente, são feitos mutirões para a manutenção coletiva do espaço.

De modo geral, são plantadas hortaliças folhosas e ervas aromáticas, que servem para consumo próprio, venda e troca.

A maioria dos agricultores mora na região e vende a produção em feiras ou na própria horta, quando são procurados, e destinam parte da produção para o abastecimento de 3 escolas municipais. Dentre os agricultores, apenas um casal utiliza-se do espaço como fonte primária de renda. Os outros têm a horta como uma forma de complementação da renda familiar ou de ocupação do tempo ocioso, uma vez que são, em sua maioria, aposentados.

A horta é bastante conhecida no bairro, funcionando diariamente. Entretanto, em alguns períodos, por não conseguirem atender à demanda, ou por terem demandas externas extras, ela não abre aos domingos. Isso aconteceu, por exemplo, quando houve o rompimento da barragem que continha rejeitos de mineração, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, em fevereiro de 2019, em que os produtores destinaram parte de sua produção para ajudar a suprir a demanda da cidade, que também tinha extensa produção de alimentos em hortas urbanas.

Além de ser conhecida no bairro, a Horta Comunitária Vila Pinho tem, em Belo Horizonte, uma importância histórica. Por ser o projeto piloto da PBH, recebe visitas de jornais locais e pesquisadores, inclusive internacionais.

Junto a outras hortas da cidade, em associação à Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a PBH e outros órgãos interessados da cidade, a Horta tem buscado a certificação orgânica de seus produtos através do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte – SPG RMBH. O SPG é uma das formas de certificação da produção orgânica, em que a inspeção e garantia dos produtos é feita entre a comunidade, e não por um agente externo.

O plano atual dos agricultores é expandir a horta para o terreno em frente ao que hoje ela ocupa. Para isso, estavam sendo marcadas reuniões com a Prefeitura, a polícia, os carroceiros que depositam lixo no terreno, e os demais envolvidos, para que essa proposta fosse viabilizada. A ampliação do espaço permitiria que mais pessoas participassem, envolvendo ainda mais a comunidade, e expandindo o poder produtivo, podendo, assim, atender a maiores demandas.

3.4.2 QUINTAL DO SÔ ANTÔNIO

O Quintal do Sô Antônio é a primeira experiência proposta e executada pelos Hortelões da Lagoinha, um coletivo formado por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e alguns dos moradores do bairro da Lagoinha, na região Noroeste de Belo Horizonte, próximo ao Centro. O projeto ocupa um espaço residual, na rua Francisco Soucasseeux, remanescente da construção do viaduto e ampliação da Avenida Antônio Carlos (Figura 7), que, segundo os Hortelões, teve grande impacto na dinâmica do local.

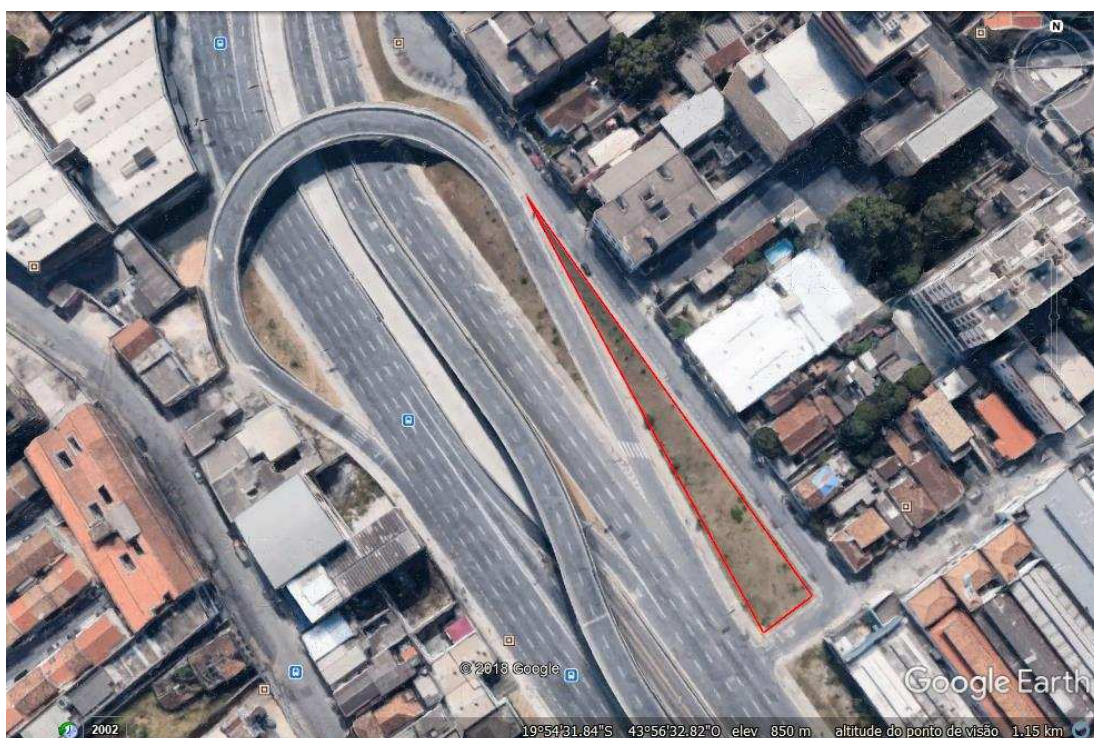


Figura 7: Vista aérea da Avenida Antônio Carlos, seu viaduto e o terreno do Quintal do Sô Antônio (destaque em vermelho). FONTE: Google Earth, 2002/2019.

As primeiras iniciativas para a ocupação do espaço vieram de Cida Barcelos, atriz e ativista ambiental, que morou na região entre 2011 e 2018. Com a intenção de dar vida e utilidade ao espaço, ela iniciou ali o Sarau das Cachorras, um encontro cultural de arte e poesia. Junto a ela, outras pessoas buscavam vitalizar o espaço. No final de 2016, Pierre Fonseca, artista plástico e ativista, visitou uma horta desenvolvida na moradia da UFMG, por alguns de seus moradores, estudantes de Biologia, e convidou-os para desenvolverem algo parecido no espaço da rua Francisco Soucasseeux.

Durante o ano de 2017, o grupo, que se tornaria o coletivo Hortelões da Lagoinha, estudou as bases teóricas, planejou e construiu ideologicamente o espaço. Além dos estudantes de Biologia, somaram-se alguns do curso de Arquitetura e Urbanismo, o que possibilitou que as discussões não ficassem apenas no âmbito da agroecologia, mas também envolvesse a questão da cidade. No período da pesquisa, o coletivo contava com cerca de 10 pessoas.

Ainda em 2017, o coletivo fez contato com a PBH, buscando apoio para o desenvolvimento do projeto, mas o diagnóstico obtido é de que a terra era muito árida, um aterro com restos de construção, num local muito poluído, onde não seria possível plantar.

Apesar disso, em novembro desse mesmo ano, foi realizado um encontro com os moradores da região, para a apresentação do projeto. O encontro aconteceu no Mercado Popular da Lagoinha, hoje Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, “antigo centro de comercialização de produtos agrícolas e referência na história da economia e cultura de Belo Horizonte” (SOU BH, 2019). O espaço é sede dos cursos profissionalizantes na área da alimentação e gastronomia, além do curso de Agroecologia, que integra o programa “Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-Horizontina articulada às Bases Agroecológicas” da Prefeitura de Belo Horizonte²⁷. Cerca de 20 pessoas compareceram ao encontro, sendo a maioria mulheres, com mais de 60 anos, segundo os Hortelões.

Logo após o encontro, veio o período de férias, e o grupo ficou cerca de 2 meses afastado do espaço. Entretanto, a Cida continuou o movimento, desenvolvendo uma área de compostagem no terreno, depositando o seu resíduo sólido orgânico. Então, plantou sementes de girassol, que aguçou transportando água de sua própria casa ou com o auxílio dos vizinhos. Quando retornaram das férias, encontraram uma “floresta de girassóis”, que ficaria conhecida como “os girassóis da Lagoinha” (Figura 8). Uma página no Facebook já havia sido criada, para a divulgação das atividades, e isso

²⁷ “O programa Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-Horizontina articulada às Bases Agroecológicas possui quatro opções de curso, também conhecidos como ‘trilhas’. Além da agroecologia, são ofertados cursos de panificação, gastronomia mineira e belo-horizontina e confeitaria. Apenas a trilha agroecologia é aberta ao público em geral. As outras opções de curso são destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, encaminhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social, Centro de Referência LGBT e escolas municipais” (BHAZ. **DE GRAÇA! PBH tem curso de agroecologia com 150 vagas em aberto.** 23 ago. 2019. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/08/23/pbh-curso-agroecologia-vagas-de-graca/>. Acesso em: 25 ago. 2019).

começou a chamar atenção das pessoas - que vinham tirar fotos do espaço -, dos jornais locais e da Prefeitura.

Esse foi o estopim para o fortalecimento do coletivo e para colocar em prática todo o planejamento iniciado no ano anterior.



Figura 8 Cida Barcelos e os “girassóis da Lagoinha”. FONTE: Facebook dos Hortelões da Lagoinha. 27 jan. 2018.

A execução dos projetos tem sido feita a partir de doações: de material e ferramentas, de lanches para os dias de mutirão, material gráfico para a divulgação, etc. A construção do espaço é feita de forma coletiva, solidária e comunitária, através de mutirões que, no ano de 2018, tornaram-se semanais, e que até hoje seguem os planejamentos feitos inicialmente (Figura 9).

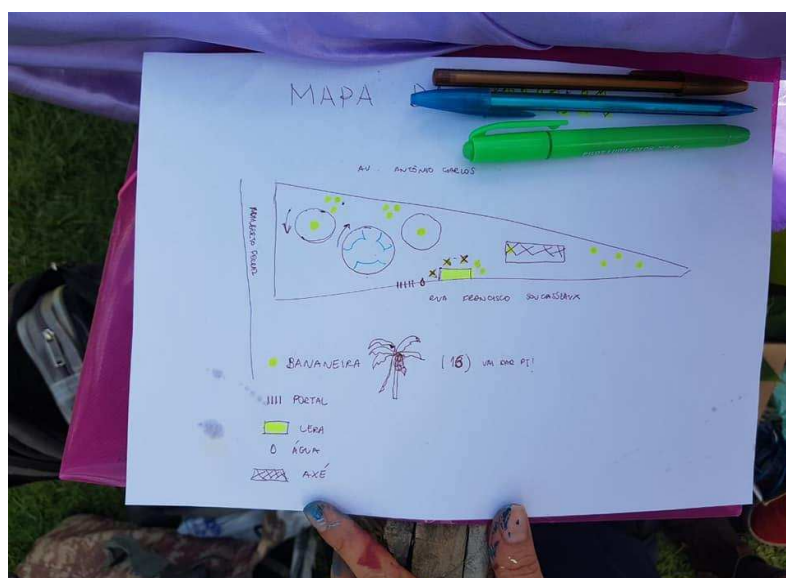


Figura 9 : Esquema de ocupação do espaço do Quintal do Sô Antônio. FONTE: Facebook dos Hortelões da Lagoinha. 02 mai. 2019.

Na construção do espaço, perceberam que ele não teria condições de ser uma horta comunitária, efetivamente. Primeiro, porque não havia ainda a disponibilidade de água para a produção de hortaliças mais convencionais, como é mais comum em hortas (no início eles não possuíam água encanada. Hoje, com o apoio da Prefeitura, já têm). Além disso, haveria dificuldade na distribuição da produção do que conseguissem plantar e, por ser um espaço aberto, às vezes abrigo para pessoas em situações de rua, com a possibilidade de entrada de animais, às margens de uma das avenidas mais movimentadas de Belo Horizonte, a certificação dos alimentos seria mais complicada, dificultando possíveis vendas. Também não desenvolveram o espaço para que ele fosse apenas um jardim, com o cultivo exclusivo de plantas ornamentais.

Assim, inspirados pela pesquisa “Jardins Possíveis”, coordenada pela professora Luciana Bragança, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que “visa compreender a relação pessoas-natureza a partir da perspectiva dos jardins, identificando jardins ‘não oficiais’ na cidade Belo Horizonte” (JARDINS POSSÍVEIS, 2019)²⁸, o espaço foi batizado de Quintal do Sô Antônio, também como uma referência à avenida que margeia. Para os Hortelões, um quintal pode unir as funções de horta, de jardim e proporcionar a reunião de pessoas, a confraternização, a realização de festas.

Dessa forma, além das três mandalas com plantas escolhidas para a adubação verde do terreno – em sua maioria plantas alimentícias não convencionais (PANC), sendo tudo feito pelos princípios da agroecologia -, o espaço já abrigou diversas atividades: feiras, sarau, cinema de rua, encontro de culinária tradicional com os indígenas Maxacali, rodas de conversa com a comunidade, entre outros. O objetivo do coletivo é que o Quintal seja um espaço de fomento e acolhimento da cultura, dos saberes ancestrais, populares; de apoio a outros projetos de agroecologia, ocupando um espaço público para uso comum. Que possa ainda, nas palavras de Paulo Morgado, um dos Hortelões, levar mais verde à cidade, questionando o conceito de urbano, em busca de harmonia e conscientização ambiental e social, revalorizando o patrimônio histórico da Lagoinha, levando vida e cura para o espaço.

Para os integrantes do coletivo, as principais dificuldades que encontram para o desenvolvimento do projeto do Quintal são relacionadas à sua articulação e

²⁸ A pesquisa sobre os jardins possíveis “busca analisar os espaços por eles proporcionados e as formas como desencadeiam processos de novas territorialidades, levantando hipóteses alternativas para embasar políticas de projeto para as cidades e os espaços públicos” (JARDINS POSSÍVEIS, 2019).

organização. Por serem, na maioria, estudantes, existe complicação em conciliar a vida acadêmica com as demandas do espaço. Além disso, por ser um trabalho voluntário e ainda sem financiamento, por vezes, eles precisam despender recursos próprios – com transporte, por exemplo -, para a realização dos mutirões e manutenção do espaço.

Apesar disso, com o apoio de representantes no bairro, da casa de umbanda da região, do centro cultural, de artistas e de alguns órgãos da PBH, eles pretendem finalizar os projetos idealizados para o espaço, como a construção de um pergolado e bancos, para melhor abrigar os voluntários e visitantes. Querem desenvolver uma horta medicinal de plantas de terreiro, em parceria com a Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, um centro de Umbanda situado na Lagoinha; uma biblioteca ancestral, com a ajuda de indígenas e povos ancestrais, com plantas tradicionais da cultura brasileira, utilizando-se sementes crioulas, dando visibilidade a esse tipo de prática agrícola. Há também a intenção de se ampliar o número de árvores frutíferas e de composteiras no espaço, para o melhoramento da terra no próprio local; tirar o foco das plantas de adubação verde e começar a plantar mais hortaliças, plantas aromáticas e medicinais.

Os Hortelões desejam, ainda, realizar mais eventos, aumentando-se a frequência deles; documentar toda a metodologia de desenvolvimento do espaço, para que outros projetos possam surgir a partir do Quintal. Ampliar o contato com as escolas, com a comunidade, desenvolvendo mais trabalhos de educação ambiental. E, por fim, ampliar a discussão de para quê e para quem a cidade está sendo construída, identificando as pequenas ações que possam ser propostas ali para que o crescimento seja voltado para o que importa: as pessoas.

O Quintal do Sô Antônio é apenas o primeiro de muitos espaços que os Hortelões da Lagoinha desejam intervir na cidade.

3.4.3 ESCADÃO AGROECOLÓGICO DO ESPLANADA

O Escadão Agroecológico do Esplanada é a mais nova das experiências escolhidas para a realização dos estudos de caso. Tendo as suas primeiras atividades datadas de setembro de 2018, a iniciativa ocupa o espaço residual resultante da via de pedestres da rua Tulipa, no Bairro Esplanada, na região Leste de Belo Horizonte (Figura 10).



Figura 10: Vista do Escadão Agroecológico do Esplanada. FONTE: Acervo pessoal, 2019.

As ideias iniciais para o Escadão vieram quando um morador do bairro e a sua companheira fizeram o curso Trilhas da Agroecologia, ofertado pela Prefeitura, parte do programa “Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-Horizontina articulada às Bases Agroecológicas”. Desejosos de aplicar os conhecimentos apreendidos, propuseram uma troca de mudas, sementes e saberes no bairro, que aconteceu no dia 22 de setembro de 2018 (Figura 11). No encontro, conheceram um outro morador que já plantava nas bordas do morro da via de pedestres, em sua parte de mais fácil acesso.

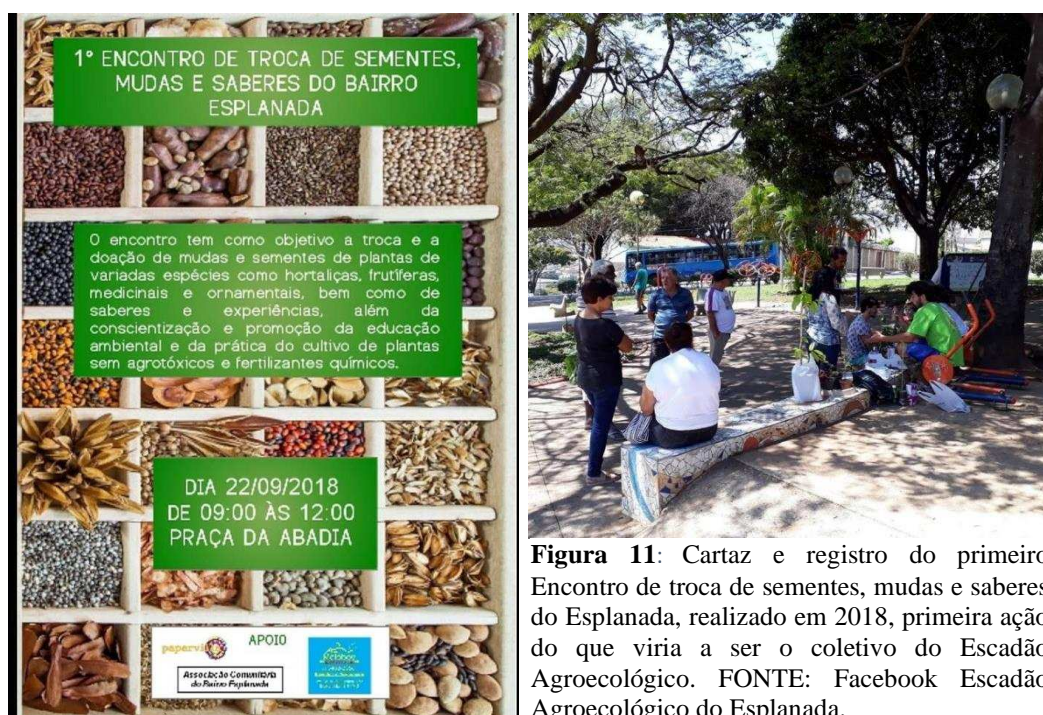


Figura 11: Cartaz e registro do primeiro Encontro de troca de sementes, mudas e saberes do Esplanada, realizado em 2018, primeira ação do que viria a ser o coletivo do Escadão Agroecológico. FONTE: Facebook Escadão Agroecológico do Esplanada.

O espaço era ocupado por lixo e conhecido por abrigar atividades ilícitas, devido à falta de iluminação e ao mato alto, que o tornava discreto. A partir do encontro, porém, decidiram ocupar o morro e transformá-lo em uma horta comunitária.

Em 06 de outubro de 2018, duas semanas após o encontro das trocas, aconteceu o primeiro mutirão no espaço. Foi feita “limpeza do local, as curvas de nível e a primeira cobertura do solo, aproveitando a própria matéria orgânica que havia sido retirada” (ESCADÃO, 2019). A partir de então, passaram a realizar mutirões semanais para o desenvolvimento e manutenção do espaço: fizeram contenção de bambu para as curvas de nível, aplicação de princípios agroecológicos para a proteção e preparação do solo, plantio de mudas e sementes, etc. (Figura 12). A maior parte das curvas de nível foi ocupada com PANC, plantas geralmente mais resistentes, especialmente por não terem, a princípio, a disponibilidade de água para irrigação frequente.



Figura 12: Contenção das curvas de nível para plantio e cobertura do solo com pseudocaula de bananeira. FONTE: Instagram Escadão Agroecológico do Esplanada.

Em novembro, perceberam a necessidade de envolver mais as pessoas da comunidade, e realizaram um café comunitário, no qual foi votado e escolhido o nome da iniciativa. Nesse encontro, também ouviram a população, acolhendo as suas preocupações, como os pedidos de que não fossem plantadas árvores ou espécies que pudessem criar possibilidades de esconderijos no espaço, para garantir a sua segurança. Nesse mesmo mês, entraram com a documentação na regional a qual pertencem para serem integrantes do Projeto Adote o Verde, o que possibilitou, mais recentemente, a concessão de água encanada pela Prefeitura e a possibilidade da criação de um sistema de irrigação para o espaço.

Ainda em 2018, a iniciativa participou da V Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU²⁹), em Belo Horizonte, que discutiu a implementação da Nova Agenda

²⁹ A CMPU foi implementada pelo Plano Diretor de 1996, devendo acontecer a cada quatro anos, com “o objetivo principal de avaliar os impactos das normativas urbanísticas no crescimento urbano e propor

Urbana³⁰, proposta pela ONU-HABITAT. Iniciativas inovadoras da cidade foram convidadas para exporem as suas boas práticas, “que visam tornar a cidade mais resiliente, sustentável, humana e inclusiva, assumindo a corresponsabilidade por uma cidade melhor para todos e todas” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

A Comissão Organizadora do evento selecionou 36 iniciativas, “que foram expostas nos espaços da Conferência para eleição daquelas que mais impactam positivamente o arranjo sócio territorial que abrangem” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019). Dentre as iniciativas expostas, estava a do Escadão Agroecológico do Esplanada, que, em votação popular, ficou em terceiro lugar, trazendo mais visibilidade ao espaço.

Contando com o apoio da Associação Comunitária do Bairro, bastante ativa, a iniciativa tem começado a se organizar enquanto coletivo, tendo, aproximadamente, 6 pessoas em seu núcleo principal, que se encontram mensalmente para garantir a articulação do espaço. Além deles, cerca de 20 outras pessoas fazem parte da rede social utilizada para comunicados e mobilização interna, mas que raramente participam das ações.

Com a crescente visibilidade que o Escadão vem adquirindo, eles esperam que o espaço possa se tornar inspiração para a comunidade, mostrando a possibilidade de transformação da agroecologia. Essa visibilidade se tornou evidente no segundo Encontro de mudas, sementes e saberes, realizado em julho de 2019, quando houve maior participação da comunidade, em relação ao primeiro Encontro. Entretanto, acreditam que o sentimento de comunidade, como consequência do projeto, esteja apenas começando a surgir.

Segundo o coletivo, a ideia da iniciativa não é que toda a comunidade use a horta como fonte de alimento, mas que a tenha como uma fonte de aprendizados, de exemplo de que é possível se plantar para comer. O seu objetivo maior é ter um papel educativo: possibilitar debates sobre segurança alimentar, agroecologia; sobre o

alterações para a qualificação do desenvolvimento da cidade” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

³⁰ documento adotado em outubro de 2016 na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, conhecida como Habitat III.

A Nova Agenda Urbana é um documento orientado para ação que definiu padrões globais para o alcance do desenvolvimento urbano sustentável, ‘repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades’, segundo o ONU-HABITAT” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU-HABITAT lança versão em português da Nova Agenda Urbana**. 12 abril 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-habitat-lanca-versao-em-portugues-da-nova-agenda-urbana/>. Acesso em: 28 ago. 2019).

coletivo, a comunidade, a valorização dos saberes ancestrais, a participação da mulher, com a promoção de encontros culturais, formações e oficinas que envolvam o tema da agroecologia, num espaço urbano que antes era ocupado por lixo, e agora é ocupado de forma produtiva.

3.5 DISCUSSÃO

A apropriação de um espaço público, ainda que pelo mesmo tipo de ação, pode se fazer de diversas formas, como é possível observar a partir dos casos apresentados. Apesar de serem iniciativas muito diferentes (Tabela 2), tanto em tempo de existência, quanto em propostas, objetivos e forma de interação com a comunidade, as três experiências demonstraram a possibilidade de se ocupar um espaço ocioso da cidade de forma produtiva, criando novas maneiras de interação espaço-comunidade.

Das três experiências, a Vila Pinho é a única em terreno murado. Isso faz com que as relações existentes com a comunidade sejam diferentes das outras duas propostas. Por ser mais “privada” - apesar de ocupar um terreno público -, ali foi possível a criação de canteiros individuais e, assim, a possibilidade da comercialização dos produtos. Nas outras duas experiências, ao contrário, o controle da produção é praticamente impossível, uma vez que o acesso às áreas plantadas é livre.

Entretanto, apesar de serem áreas mais abertas e, por isso, de mais fácil acesso, os Hortelões contam que depois que foi construído o portal que identifica o Quintal e colocadas algumas placas informativas, as pessoas começaram a pedir licença para “entrar” no espaço. Não há separação entre o Quintal e a calçada - a não ser por algumas flores plantadas à margem -, mas a colocação de marcos que indicam que o espaço está apropriado, que tem uso, as evidências de que alguém está, efetivamente, cuidando e utilizando o local, faz com que as pessoas entendam que, apesar de público, aquele não é um espaço “sem dono”.

No Escadão, o guarda corpo da escadaria, que limita a área, cria certa proteção ao espaço. Além disso, a grande declividade do terreno dificulta a movimentação ali. Ainda assim, foi relatado o sumiço de um canteiro de ervas aromáticas plantadas em pneu, que havia sido doado ao projeto.

Tabela 2: Comparativo entre as experiências dos estudos de caso.

Experiência	Horta da Vila Pinho	Quintal do Sô Antônio	Escadão Agroecológico do Esplanada
Localização	Barreiro	Lagoinha	Esplanada
Regional	Barreiro	Noroeste	Leste
Ano de início	1997/98	2017/18	2018
Motivação inicial	Segurança do bairro	Dar fim útil ao espaço	Aplicação dos conhecimentos em agroecologia
Quantidade de pessoas diretamente envolvidas atualmente	14	10	6
Tipo de terreno ocupado	Lote público vago	Área remanescente de expansão da avenida	Área em intenso declive remanescente de via de passagem de pedestres
Tipo de organização social	Associação	Coletivo	Coletivo
Relação com a PBH	Programa Hortas Escolares e Comunitárias	Parcerias/Apoio	Programa Adote um Verde
Tipo de produção	Verduras e folhosos	PANC	PANC
Divisão do espaço	Canteiros individuais	Mandalas coletivas	Canteiros coletivos em níveis
Forma de trabalho	Individual	Mutirões	Mutirões
Objetivo	Produção agrícola para venda e subsistência	Ocupação produtiva e cultural de área urbana remanescente	Transformação de área degradada em área produtiva e verde
Relação/Atividades com a Comunidade	Trabalho voluntário, ocupacional, trocas comerciais	Eventos culturais, religiosos, resgate da tradição, proximidade com pessoas em situação de rua	Integração com outros agentes e associações do bairro, trocas de sementes, mudas e experiências

Apesar dos desafios que a fácil permeabilidade horta-rua cria para os projetos, em relação à manutenção do espaço, foi possível perceber que também aproxima as pessoas dos mesmos. Como indica Gehl (2013), a vitalidade da cidade está diretamente ligada à sua experiência direta pelas pessoas. No Escadão, especialmente por estar no meio de uma via de pedestres, a visibilidade da horta é muito grande, permitindo com

que os transeuntes, geralmente moradores das proximidades, identifiquem os responsáveis pela transformação do local. Esse local estratégico também permite o encontro, a troca entre diferentes grupos de pessoas. Dessa forma, ainda que não haja envolvimento efetivo nas ações propostas, essas pessoas se transformam nos “olhos da rua” apresentados por Jacobs (1961/2011) e retomados por Gehl (2013). Os “olhos da rua” tornam os espaços mais seguros, uma vez que eles estão sendo constantemente observados.

Ao contrário do Escadão, a localização do Quintal do Sô Antônio, às margens de uma avenida de intenso tráfego de veículos, é, por si só, uma forma de protesto. Entendendo que a vitalidade dos espaços urbanos está ligada a mais pessoas se sentirem “convidadas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços da cidade” (GEHL, 2013, p. 6), o Quintal cria essa possibilidade àqueles que por ali passam.

Apesar de a participação dos moradores vizinhos ao terreno ocupado pelo Quintal ser pequena, como acontece no Escadão, os Hortelões relatam que sabem que eles estão atentos a tudo o que está acontecendo. E quando solicitados, ajudam no que é preciso. Além deles, o Quintal tem uma relação bastante próxima com as pessoas em situação de rua, em grande número na região, e entendem que essa passou a ser uma das missões do lugar.

Apesar do pouco envolvimento dos moradores próximos ao Quintal – que não são muitos -, o projeto tem demonstrado um impacto grande para além da vizinhança. A visibilidade conseguida com os girassóis do início do projeto fez com que os Hortelões tenham atraído a atenção da mídia, se tornando, assim, conhecidos pela cidade. Além disso, a diversidade de atividades que propõem – culturais, religiosas, ambientais, de lazer e educação – atraem públicos também diferentes, o que possibilita “que as pessoas tenham contato direto com a sociedade em torno delas” (GEHL, 2013, p.63), gerando o aumento da vitalidade do espaço público.

Junto a isso, as parcerias criadas com órgãos governamentais e não governamentais têm ampliado as possibilidades de alcance e influência, se tornando importante aliado de ações como as rodas de conversa com crianças da escola do bairro, e o Rolêzinho Lagoinha,

um percurso feito a pé pelas ruas do bairro, para conhecer suas histórias e parando para conversar com moradores que são personagens essenciais para quem quer descobrir os tantos lados da Lagoinha.

O passeio foi criado por Nossa Grama Verde, em parceria com o coletivo Viva Lagoinha, e mostra o local sob o ângulo da vivência de seus moradores (UFMG, 2019).

Processos similares acontecem no Escadão: o núcleo verdadeiramente ativo do coletivo ainda é pequeno, mas as pessoas do bairro estão começando a conhecê-los e reconhecer a importância do trabalho que fazem. Assim, quando receberam a concessão de água da Prefeitura, por exemplo, decidiram construir uma proteção para o registro e, para isso, divulgaram no grupo interno, por rede social, e conseguiram fazê-lo, com a colaboração de 5 reais por pessoa.

Apesar de ainda ser um projeto muito recente, a exposição e consequente premiação na CMPU de 2018 fez com que ele tivesse visibilidade na cidade e internacionalmente, uma vez que o evento contava com a participação da ONU-HABITAT.

Além de toda a visibilidade externa que cada uma das experiências tem, o trabalho coletivo que abrigam permitiu que se criasse, entre os integrantes, o espírito de comunidade. Na Vila Pinho, apesar de os voluntários serem moradores da região, eles passaram a interagir e se conhecer mais a partir do trabalho na horta. Hoje, enquanto associação, precisam contar com a colaboração uns dos outros para o bom andamento da horta, e por isso mesmo propõem um período probatório para novos integrantes.

De forma similar, no Escadão, o núcleo principal é formado por moradores do bairro, mas que até a existência do projeto não se conheciam, ou não tinham nenhum laço mais significativo. O trabalho voluntário, coletivo e colaborativo os aproximou, e hoje eles contam uns com os outros para o fortalecimento dos ideais do projeto.

Para os Hortelões, a diferença etária e de vivências entre os participantes, além do fato de a maioria não ser moradora da região, foram e são desafios que enfrentam. Mas eles entendem que conseguir conciliar diversas visões de mundo fortalece e enriquece as experiências que podem proporcionar através do Quintal.

Os atores da Horta Comunitária Vila Pinho, há mais de 20 anos ocupando, de forma produtiva, um espaço que antes era foco de criminalidade e insegurança; os Hortelões da Lagoinha, a partir do Quintal do Sô Antônio, pela realização de seus eventos culturais e da importância que dão à tradição, além de seu desejo de trazer impacto positivo para a região onde se encontram; o Escadão Agroecológico, com o desejo de levar a agroecologia para o bairro de onde vinham, transformando uma área

que era depósito de lixo em uma horta comunitária: são exemplos das transformações que a agricultura urbana pode realizar.

Os três estudos demonstram a capacidade de “lugarização” dos espaços a partir da agricultura urbana. Conferindo usos a remanescentes urbanos ou a um terreno antes ocioso, as experiências partiram de ações coletivas, com apoio direto ou indireto da Prefeitura, propondo o uso produtivo do solo urbano, tendo como consequência o envolvimento da comunidade na construção de um lugar com relevância e significado individual e coletivo. Isso evidencia a importância que esse tipo de ação tem para a apropriação e revitalização dos espaços esquecidos ou degradados da cidade.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de atividades agrícolas nas cidades é positiva na construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável, especialmente nas áreas da saúde e sob o aspecto social. O presente estudo, por sua vez, demonstrou a capacidade que esse tipo de atividade tem, também, de revitalizar espaços urbanos, atraindo pessoas para o seu novo uso e, assim, permitindo que os mesmos sejam (re)apropriados, a partir do uso e da sua (res)significação.

Espaços vivos e apropriados na cidade são fundamentais na garantia da função social da terra urbana. Segundo André Biezoti (MOMENTO CIDADE, 2019) “a agricultura tem muita relação com cultura, com identidade, com a formação de comunidades”, o que foi possível perceber a partir dos casos aqui apresentados.

Quando se faz agricultura na cidade, se está indo na contracorrente do que se espera da urbanização, ressignificando, inclusive, a própria ideia de urbano (MOMENTO CIDADE, 2019). Essa dicotomia que existe entre “rural” e “urbano” faz com que não se perceba a importância e influência que um espaço tem sobre o outro, não podendo ser compreendidos como entidades separadas. Ambos – espaços urbano e rural – devem ser objetos de estudo e trabalho do profissional urbanista e planejador, já que juntos formam as cidades.

A agricultura urbana, como exemplificado pelos estudos aqui apresentados, quebram parte dessa dicotomia, demonstrando que a cidade também pode ser espaço de produção de alimentos. Demonstram ainda, que essa produção é mais sustentável – ambiental, social e economicamente – se realizada de forma agroecológica, criando a possibilidade do envolvimento comunitário e da transformação dos espaços degradados na cidade.

Espera-se, com esse estudo, poder contribuir para as discussões sobre agricultura urbana e sua importância nos meios acadêmicos, especialmente na área do urbanismo e do planejamento urbano, para o desenvolvimento de mais pesquisadores e profissionais que pensem a cidade com foco nas pessoas que as habitam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. O. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, 2000, p.70-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9753.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CUMBERS, A. et al. The work of community gardens: reclaiming place for community in the city. **Work, Employment and Society**, v. 32, n. 1, 2018, p. 133-149.

ESCADÃO Agroecológico do Esplanada. **Primeira postagem da série - História e trajetória do Escadão**. Belo Horizonte, 10 junho 2019. Facebook: [escadaoagroecologicoesplanada](https://www.facebook.com/escadaoagroecologicoesplanada/). Disponível em: <https://www.facebook.com/escadaoagroecologicoesplanada/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Growing greener cities in Latin America and the Caribbean: an FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region**. Roma, 2014a.

_____. **La Agricultura Urbana y Periurbana en América Latina y el Caribe: Compendio de estudios de casos**. 2014b.

_____. **Urban and Peri Urban Horticulture: Resources**. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/en/resources/index.html>. Acesso em: out. 2018.

_____. **10 Achievements of the Food and Agriculture Organization of the United Nations**. 30 jun. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wYxMwaTB_AQ. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. **How will we prepare our towns and cities for a sustainable future?** 14 set. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/partnerships/south-south-cooperation/videos/video/en/c/1152867/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. Tradução Anita Di Marco, 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. (1961). Tradução Carlos S. Mendes Rosa, 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JARDINS POSSÍVEIS. **Sobre**. Disponível em:
<https://jardinspossiveis.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 25 ago. 2018.

LIMONAD, E. RANDOLPH, R. Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n 5, mai. 2002. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/312686519_Cidade_e_lugar_sua_representacao_e_apropriacao_ideologica. Acesso em: 29 jul. 2019.

LOVO, L. C. et al. Agricultura urbana agroecológica conquistando o mercado institucional da alimentação escolar em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 83 – 94, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2015/tec5-1215.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MEDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, v. 07, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>. Acesso em: 28 jul. 2019.

MELLO, C. S. Leituras e discursos sobre agricultura urbana: um debate em construção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: EDUFRRN, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviii/anpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=806>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MOMENTO CIDADE: #5: como é possível produzir alimentos na cidade? [Locução de]: Denis Pacheco. São Paulo: USP, 12 jul. 2019. Podcast. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/momento-cidade-05-como-e-possivel-produzir-alimentos-na-cidade/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MORGAN, K. Nourishing the city: the rise of the urban food question in the Global North. **Urban Studies**, vol. 52, n. 8, 2015, pp. 1379-1394.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Conferência Municipal de Política Urbana**, 29 maio 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/participacao/conferencia-de-politica-urbana>. Acesso em: 28 ago. 2019.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

RUAF FOUNDATION. **About us**. 2019a. Disponível em:
<https://www.ruaf.org/about-ruaf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. **From Seed to Table Programme**. 2019b. Disponível em:
<https://www.ruaf.org/projects/seed-table-programme-fstt>. Acesso em 26 jul. 2019.

_____. **Urban Agriculture: what and why?** 2019c. Disponível em:
<https://www.ruaf.org/urban-agriculture-what-and-why>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SOU BH. **Mercado da Lagoinha**. 2019. Disponível em:
<https://www.soubh.com.br/estabelecimentos/espacos-culturais/mercado-da-lagoinha>.
Acesso em 25 ago. 2019.

STEEL, C. **Hungry cities: how food shapes our lives**. Londres: Vintage Publishing, 2013.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (1977). Tradução Livia de Oliveira, 1 ed. Londrina: Eduel, 2013.

UFMG. Rolezinho Lagoinha. **Medium**. 11 fev. 2019. Disponível em:
<https://medium.com/@ufmg/rolezinho-lagoinha-5da35e792a51>. Acesso em: 29 ago. 2019.

VASCONCELOS, C.V. **Agricultura urbana e recursos hídricos: compreendendo o uso da água nas hortas comunitárias da região do Barreiro, Belo Horizonte, MG**. (Monografia). Belo Horizonte: UFMG, 2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esta pesquisa foi inicialmente pensada, não se tinha ainda, enquanto pesquisadora, noção da tamanha relevância da alimentação – e de todos os processos do sistema alimentar – para a cidade. Em todos os seus aspectos, a alimentação se relaciona com o espaço – onde se produz, armazena, vende, transforma, descarta -, com a logística – formas de transporte, distribuição – e com a cultura e vida da cidade – o que, quem e como se consome. Nesse sentido, a alimentação se torna crucial quando se pensa em estratégias e ações para que as cidades se tornem mais sustentáveis.

A ideia mais básica que se tem de “sustentável” diz respeito à capacidade de algo permanecer, de se sustentar ao longo do tempo. Sendo as cidades o local onde se encontram a maior parte da população mundial, torná-las sustentáveis significa criar condições de permanência e (sobre)vivência a essa população, garantindo que todos tenham possibilidade de uma vida digna. Assim, o desenvolvimento sustentável das cidades não pode significar apenas o seu crescimento econômico de forma ambientalmente correta, mas também proporcionar equidade, bem-estar à sua população e habitabilidade da cidade, que é sua “capacidade de fornecer condições adequadas para que os cidadãos prosperem e tenham uma boa qualidade de vida” (ULGIATI; ZUCARO, 2019, p. 2, tradução da autora).

Se pensadas enquanto sistemas ecológicos, as cidades precisam encontrar um equilíbrio entre as suas demandas de recursos – energia, alimentação, espaço produtivo – e emissões – poluição, lixo. Numa sociedade globalizada como a atual, que enxerga a cidade como local de consumo (ROGERS, 2001), e que é organizada em um metabolismo linear (Figura 13), demanda-se cada vez mais do planeta. A substituição do metabolismo linear das cidades por uma alternativa circular (Figura 14), em que haja reaproveitamento dos recursos, através da reciclagem, teria como resultado, como demonstra Rogers (2001), menores demandas de recursos e menores emissões de resíduos, o que seria mais sustentável.

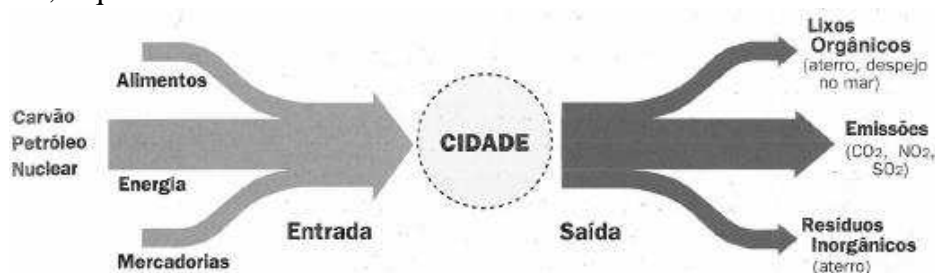


Figura 13: Metabolismo linear urbano. FONTE: ROGERS, 2001, p. 31.



Figura 14: Metabolismo circular urbano. FONTE: ROGERS, 2001, p.31.

O direito a cidades sustentáveis, no Brasil, está assegurado no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que indica como primeira diretriz para o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” a

garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2001, Art 2º, Inciso I).

Segundo a mesma lei, uma propriedade cumpre a sua função social quando assegura “o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (BRASIL, 2001, Art. 39º). Nesse sentido, Ulgiati e Zucaro (2019, p.2, tradução da autora) dizem que

Bem-estar, não riqueza ou abundância, será a palavra-chave para o futuro das cidades, ou seja, uma relação consciente e equilibrada de uma população da cidade com o ambiente circundante, recursos e outras espécies, a fim de promover um acesso justo e equitativo aos benefícios sociais, melhorias culturais, econômicas e de saúde, não necessariamente vinculadas ao aumento do consumo de recursos per capita.

Dessa forma, como defende Gehl (2013, p. 7), as cidades precisam ser pensadas para as pessoas:

uma preocupação crescente com a dimensão humana no planejamento urbano reflete uma exigência distinta e forte por melhor qualidade de vida urbana. Existem conexões diretas entre as melhorias para as pessoas no espaço da cidade e as visões para obter cidade vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis.

Assim, o objetivo inicial desta pesquisa foi identificar uma forma de vivência dos espaços da cidade – e de sua apropriação - que tivesse o protagonismo das pessoas. Reconhecendo a importância do desenvolvimento sustentável urbano, a relevância da alimentação para tal e o papel da agricultura urbana dentro desse contexto, chegou-se ao objeto desta pesquisa.

Os estudos e dados aqui apresentados demonstram que, em Belo Horizonte, a agricultura urbana, realizada de forma coletiva, em espaços públicos da cidade tem sido um instrumento eficiente para a vivência e apropriação desses espaços. As hortas, sejam dos CEVAEs, dos projetos da PBH ou de iniciativas civis coletivas, são espaços onde as pessoas têm entrado em contato com a terra, produzindo o seu próprio alimento, transformando a paisagem urbana, recuperando solos degradados e, ainda, interagindo umas com as outras. Como resultado, tem-se comunidades mais coesas, melhor relacionamento de vizinhança, maior uso – e, por consequência, maior segurança – dos espaços públicos, transformando espaços antes desocupados e degradados em espaços produtivos.

Esse tipo de experiência, mesmo quando promovida ou apoiada pelo poder público, como acontece nos projetos da PBH, tem como ponto central o protagonismo das pessoas. Somente com a ativa participação da comunidade os projetos se mantêm e obtêm sucesso, sendo uma possibilidade de ação de urbanismo colaborativo.

Apesar da identificação da relevância do protagonismo das pessoas para a manutenção e sucesso das experiências, foi percebida também a importância do poder público para a gestão desses espaços. Ainda que haja disposição e trabalho coletivo da comunidade, se a legislação não apoiar e incentivar essas iniciativas, elas não têm possibilidade de prosperar e se difundir. Em Belo Horizonte já existe legislação específica que regulariza a agricultura urbana, além de ter gestores interessados em fortalecer a pauta.

Em termos federais, foi aprovada, em 30 de outubro de 2019, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 303/2019, que “institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e altera o regime geral dos bens da União (Lei 9.636/98) para permitir o uso de terrenos da União para a prática de agricultura urbana” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Também está em tramitação, desde 2015, a PL 906/2015, hoje PLC (Projeto de Lei da Câmara) nº 182/2017. Esse projeto, que também tem como ementa instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana (SENADO FEDERAL,

2019a), objetiva “ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis, propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos e gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população” (SENADO NOTÍCIAS, 2017). Segundo a página do Senado Federal (2019a), a PLC se encontra pronta para pauta na Comissão de Meio Ambiente, juntamente com a PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 353/2017, que

Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, definida como aquela desenvolvida no modelo de produção orgânico, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, bem como a criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais (SENADO FEDERAL, 2019b).

Ainda sobre as questões legislativas, pensa-se que uma forma de incentivo à agricultura urbana, poderia ser a destinação de áreas da cidade com prioridade para a produção de alimentos, através das leis municipais de uso e ocupação e parcelamento do solo urbano. Hoje, os municípios já têm a possibilidade de indicar Zonas Especiais ou Áreas de Especial Interesse Social (ZEIS ou AEIS). As ZEIS (ou AEIS) são “instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de **moradia popular** [...] que permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio com regras especiais, mais permissivas” (CAPACIDADES, 2019, marcação nossa). Sendo destinadas à população de baixa renda – aquela também mais vulnerável às questões de insegurança alimentar -, as ZEIS poderiam incorporar a questão da alimentação, destinando áreas para o desenvolvimento de hortas comunitárias, ou indicando lotes com coeficiente de aproveitamento e área permeável que favorecessem o desenvolvimento de hortas particulares, por exemplo.

Trazer as pautas da alimentação para os debates urbanos, como defendido nesta dissertação, é imperativo para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. Ampliar essas discussões em âmbito acadêmico, dentro da área do urbanismo e do planejamento urbano, como se pretendeu com a pesquisa, possibilita a reflexão sobre um assunto ainda pouco debatido na área, podendo, a partir de seus desdobramentos (como a realização, no segundo semestre de 2019, da disciplina optativa “Alimentação e Questões Urbanas”, para a graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa), ter-se a formação de profissionais mais conscientes e aptos a pensar e projetar (para) cidades com foco nas pessoas.

Enquanto pesquisadora, tem-se a expectativa de se continuar as pesquisas nessa área, buscando ampliar o leque de conhecimento e debate sobre a relação cidade-comida, os impactos dos sistemas alimentares e o que pode ser feito, nesse sentido, para a manutenção da vida humana na Terra – de forma digna, com mais equidade e justiça social. Como cidadã, fica o desejo de fazer esse conhecimento chegar ao máximo de pessoas possível, buscando, ainda que em pequena escala, impactar positivamente a vida das pessoas na cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. [Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências]. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 17 dez. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Agropecuária. **Comissão aprova criação da Política Nacional de Agricultura Urbana**. 01 nov. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/608038-comissao-aprova-criacao-da-politica-nacional-de-agricultura-urbana/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CAPACIDADES. Ministério do Desenvolvimento Regional. Zona Especial de Interesse Social. **Dicionário**. 2019. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. Tradução Anita Di Marco, 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. **Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017**. 2019a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132006>. Acesso em: 18 dez. 2019.

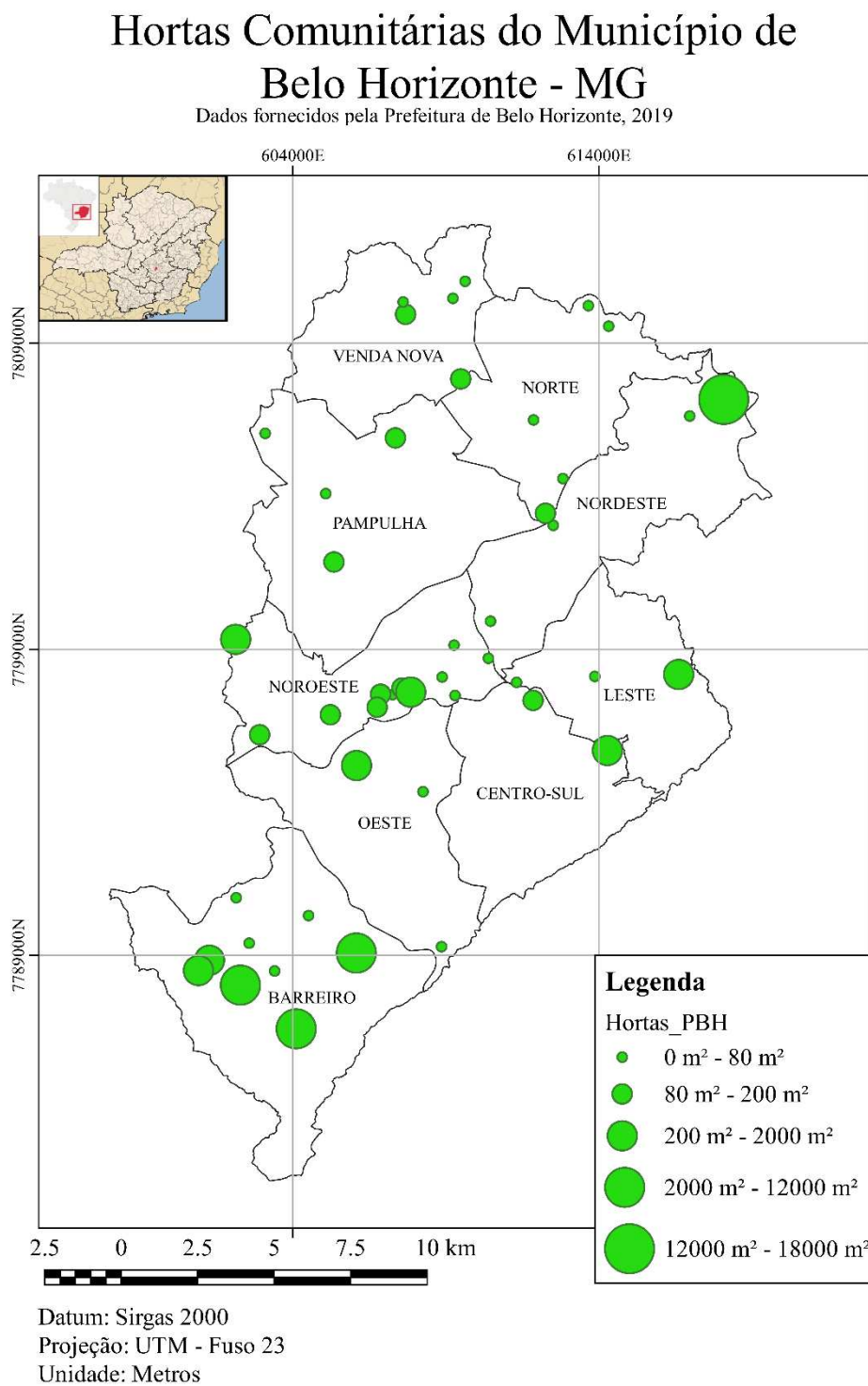
_____. **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017**. 2019b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130955>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SENADO NOTÍCIAS. **Projeto institui Política Nacional de Agricultura Urbana**. 27 dez. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/27/projeto-institui-politica-nacional-de-agricultura-urbana>. Acesso em: 18 dez. 2019.

ULGIATI, S. ZUCARO, A. Challenges in urban metabolism: sustainability and well-being in cities. **Frontiers of Sustainable Cities**, v. 1, n. 1, 2019. doi: 103389/frsc.2019.00001

APÊNCIDCES

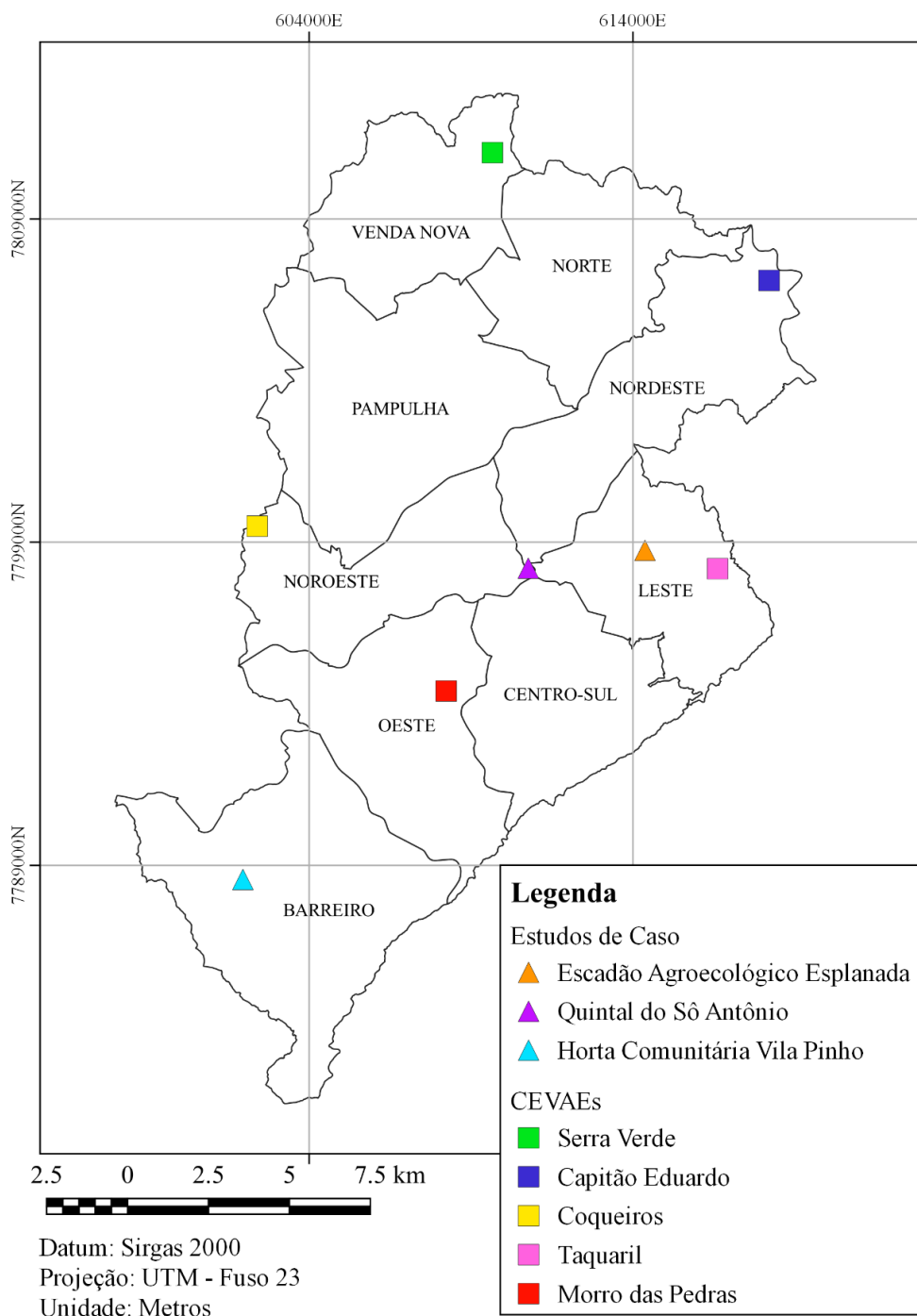
APÊNDICE 1: Mapa de localização das hortas comunitárias de Belo Horizonte, de acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura da cidade.



Desenvolvido por Luís Felipe Santos Nascimento, graduando em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica - UFV, para esta dissertação.

APÊNDICE 2: Mapa de localização dos CEVAEs e dos objetos dos estudos de caso.

Localização dos CEVAEs e Estudos de Caso



Desenvolvido por Luís Felipe Santos Nascimento, graduando em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica - UFV, para esta dissertação.